

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA



**Daniela Filipa Jorge Fernandes**

Aspirante a Oficial de Polícia

**Dissertação Final de Mestrado em Ciências Policiais**

XXII Curso de Formação de Oficiais de Polícia

***URBANISMO E SEGURANÇA***

***CONTRIBUTOS DA CONCEPÇÃO, MANUTENÇÃO E UTILIZAÇÃO***

***DO ESPAÇO PARA A PREVENÇÃO CRIMINAL***

***Uma abordagem ao Bairro da Bela Vista, em Setúbal***

Orientador:

**Intendente Luís Fiães Fernandes**

LISBOA, 26 DE ABRIL DE 2010



**Daniela Filipa Jorge Fernandes**

Aspirante a Oficial de Polícia

Dissertação Final de Mestrado em Ciências Policiais

XXII Curso de Formação de Oficiais de Polícia

## ***URBANISMO E SEGURANÇA***

***CONTRIBUTOS DA CONCEPÇÃO, MANUTENÇÃO E UTILIZAÇÃO  
DO ESPAÇO PARA A PREVENÇÃO***

***Uma abordagem ao Bairro da Bela Vista, em Setúbal***

**Orientador:**

Luís Fiães Fernandes

*Intendente da Polícia de Segurança Pública*

LISBOA, 26 DE ABRIL 2010

*Para ser grande, sê inteiro: nada  
Teu exagera ou exclui.  
Sê todo em cada coisa. Põe quanto és  
No mínimo que fazes.  
Assim em cada lago a lua toda  
Brilha, porque alta vive.*

Fernando Pessoa  
(Ricardo Reis)

*À minha Querida Mãe, mulher de coragem e mãe dedicada, que me mostrou o mundo e nele me ensinou a desbravar caminho com garra sem quebrar nos momentos adversos.*

*Ao meu Amigo Gil Canário, Homem íntegro, humilde, lutador, Oficial de Polícia exemplar, com quem aprendi muito. Partiste deixando para trás a imagem do teu sorriso e da tua simplicidade...*

*Eterna Saudade*

*Ao meu Camarada Sérgio Antunes, exemplo de coragem, força, dedicação e liderança. A tua partida foi uma grande perda para o XXII CFOP, a quem te entregaste de alma e coração. O teu lugar jamais será preenchido...*

*“Que aos muitos, por sermos poucos, não tenhamos!”*

*Eterna Saudade*

## *Agradecimentos*

Este trabalho representa o terminus de um longo caminho percorrido durante estes cinco anos do CFOP e, mais do que isso, representa uma conquista pessoal conseguida com muita dedicação e empenho. Foram muitas as pessoas que contribuíram, directa ou indirectamente, na concretização deste trabalho e que me apoiaram ao longo destes cinco anos, às quais não posso deixar de dar uma palavra de gratidão e apreço.

Agradeço, ao ISCPSI pelas oportunidades, ensinamentos e conhecimentos que me ofereceu, e ao XXII CFOP que me acompanhou durante estes cinco anos nos bons e maus momentos e com quem cresci tanto a nível pessoal como académico.

Ao meu orientador, Intendente Fiães Fernandes, pelas palavras muitas vezes sábias, pelos concelhos e sugestões que me transmitiu e acima de tudo pela confiança, disponibilidade e atenção que demonstrou durante toda a elaboração deste trabalho.

Ao Intendente Bastos Leitão e à Subcomissário Maria da Luz pela disponibilidade e aprazível acessibilidade durante as entrevistas realizadas e pela informação concedida.

À Sr.<sup>a</sup> Arquitecta Teresa Heitor, ao Sr. Arquitecto António Baptista Coelho e ao Sr. Arquitecto José Charters Monteiro, pela disponibilidade e simpatia demonstradas nas entrevistas realizadas, e pelo contributo prestado com os conhecimentos e esclarecimento de muitas dúvidas.

Aos Agentes Principais José Pereira e Mário Pereira (Núcleo de Investigação Criminal de Setúbal) pelo acompanhamento ao Bairro da Bela Vista, pela experiência profissional transmitida e pelas informações prestadas.

Ao Subcomissário Canilho, à Subcomissário Sónia Henriques, ao Subcomissário Negreiros, ao Chefe Luís, ao Chefe Baptista e ao Agente Principal Galvão pelos ensinamentos transmitidos, pela atenção, disponibilidade e compreensão demonstrada ao longo do tempo de estágio.

Ao Rafael Martins pelo apoio e pela simpatia, durante a elaboração deste trabalho.

Às minhas meninas, amigas do coração (Samanta, Ana, Catarina, Marta e Cláudia), pelo ombro amigo, os sorrisos, a força, o apoio, os momentos grandiosos, o carinho e a amizade. Às minhas meninas, recém-chegadas (Rita, Andreia G. e Andreia P.), pela força, a alegria transmitida e a amizade. Unidas pela “Sobriedade”!

À Carolina, amiga querida, por estar sempre lá, pela amizade pura, pela dedicação e o apoio nos bons e maus momentos e, acima de tudo, por me mostrar que a nossa força interior não tem limites.

Ao Joel, pelo carinho, a compreensão e o apoio incondicional.

À minha mãe e ao meu irmão pelo amor e pela dedicação que demonstram a cada minuto da minha vida.

*Entre nós muito,  
Pelos outros tudo!*

# Resumo

Este trabalho, de cariz empírico, pretende compreender o papel do ordenamento do espaço físico enquanto mediador de oportunidades para a prática de crimes, bem como, o possíveis contributo da manipulação do espaço na redução dessas oportunidades. A base para a realização do estudo é o conceito *CPTED* (2ª geração), que surge em 1991.

Numa primeira fase, expuseram-se as abordagens ideológicas subjacentes ao conceito da 2ª geração da *CPTED*. Posteriormente, foram analisadas as suas estratégias, a sua aplicabilidade ao nível do espaço específico, os actores que devem estar envolvidos neste processo, bem como a experiência que tem sido feita a nível internacional. Por último, tendo como alicerce a matriz teórica e a matriz prática, procedeu-se ao estudo do Bairro Amarelo da Bela Vista, sito na Freguesia de S. Sebastião, em Setúbal.

Deste trabalho concluiu-se que existe, em Portugal, uma lacuna na legislação e na formação académica ao nível da segurança urbana e da prevenção criminal, aquando da concepção e manutenção do espaço urbano. Quanto ao Bairro Amarelo, concluiu-se que a ausência da aplicabilidade das estratégias da *CPTED* influencia no problema criminal e securitário do mesmo. Como tal, foram recomendadas algumas estratégias, cuja aplicação tem como fim a dissolução de alguns problemas ligados ao crime, às incivildades e à insegurança.

Palavras-chave: *CPTED*, Segurança urbana, Prevenção criminal, Espaço urbano, Bairro Amarelo da Bela Vista

# Lista de siglas

CAR: Comissão de Alojamento de Retornados  
CFOP: Curso de Formação de Oficiais de Policia  
CPTED: Crime Prevention Through Environmental Design  
CRP: Constituição da Republica Portuguesa  
DAC: Designing Against Crime  
DOC: Designing Out Crime  
FFH: Fundo de Fomento da Habitação  
IGAPHE: Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado  
ISCPSI: Instituto Superior de Ciências Policiais e de Segurança Interna  
LNEC: Laboratório Nacional de Engenharia Civil  
PER: Programa especial de realojamento  
PIPP: Programa Integrado de Policiamento de Proximidade  
PIS: Plano Integrado de Setúbal  
PSP: Polícia de Segurança Publica  
RSI: Rendimento social de inserção  
SEI: Sistema Estratégico de Informação  
ZUS: Zona Urbana Sensível



# Índice

<i>Agradecimentos</i> .....	<i>III</i>
<i>Resumo</i> .....	<i>V</i>
<i>Lista de siglas</i> .....	<i>VI</i>
<b><i>Introdução</i></b> .....	<b><i>1</i></b>
<b><i>Capítulo I</i></b> .....	<b><i>5</i></b>
<i>Abordagens teóricas ao “design ambiental defensivo”</i> .....	<i>5</i>
1. Ecologia criminal .....	5
2. Segurança local através de soluções arquitectónicas (Elisabeth Wood) .....	7
3. Os olhos postos na rua (Jane Jacobs) .....	8
4. Defensible space (Oscar Newman).....	9
5. Modelo CPTED Original (Ray C. Jeffery) .....	14
6. 2ª Geração da CPTED (Timothy Crowe e Diane Zahm).....	16
Conclusão capitular .....	17
<b><i>Capítulo II</i></b> .....	<b><i>18</i></b>
<i>CPTED como abordagem preventiva aplicada ao espaço urbano</i> .....	<i>18</i>
1. Princípios, Estratégias e Técnicas da CPTED .....	18
2. CPTED voltado para a resolução do problema .....	22
3. Participantes no processo CPTED .....	23
4. CPTED a nível mundial.....	28
4.1 Estados Unidos da América.....	29
4.2 Canadá .....	29
4.3 Europa: Reino Unido e Holanda.....	30
4.4 América Latina: Brasil, Chile, El Salvador e Honduras.....	31
Conclusão capitular .....	32

<b>Capítulo III .....</b>	<b>34</b>
<i>Abordagem ao Bairro Amarelo da Bela Vista.....</i>	<i>34</i>
1. Contextualização e localização.....	34
1.1 Génese do Plano Integrado de Setúbal .....	34
1.2 Unidades habitacionais da Bela Vista .....	37
2. Caracterização sócio-demográfica da população do Bairro Amarelo .....	38
3. Caracterização do espaço físico do Bairro Amarelo .....	40
3.1 Análise da concepção arquitectónica/urbanística do bairro .....	40
a) O edificado .....	40
b) Os acessos rodoviários .....	42
c) A iluminação .....	43
d) O mobiliário urbano .....	44
e) Os elementos paisagísticos .....	45
3.2 Análise da utilização do espaço inerente ao Bairro .....	46
3.3 Análise da manutenção do Bairro.....	47
4. Problema específico do espaço do Bairro Amarelo.....	48
4.1 Criminalidade .....	48
4.2 Experiência e visão policial sobre a criminalidade e a segurança .....	51
5. Análise dos resultados .....	54
6. Estratégias CPTED a aplicar no espaço físico do Bairro Amarelo .....	56
Conclusão capitular.....	59
<b>Conclusão.....</b>	<b>61</b>
<i>Bibliografia.....</i>	<i>65</i>

## Introdução

A criminalidade é um fenómeno muito complexo que se integra na sociedade urbana em que vivemos, para o qual não existe uma fórmula universal capaz de o fazer desaparecer, existindo, no entanto, formas de o prevenir. Segundo Paul e Patrícia Brantingham (1981), o crime é caracterizado por quatro dimensões: a lei, o infractor motivado, a vítima/alvo vulnerável e o ambiente favorável. Assim, poderá partir-se do princípio de que as estratégias preventivas deverão incidir tanto no potencial autor do crime e na vítima ou alvo acessível, como nas características do espaço onde ocorre o ilícito criminal.

Neste sentido surge a seguinte questão, como pergunta de partida<sup>1</sup> para este trabalho: *Qual o contributo da manipulação das características do espaço construído nas políticas de prevenção criminal?*

Desde 1960, muitas reflexões a nível mundial têm vindo a explorar a manipulação do espaço, como forma de prevenir e reduzir a criminalidade e, consequentemente, aumentar os níveis de segurança. Uma das abordagens preventivas que desenvolve esta perspectiva, e sobre a qual se incide este trabalho, é a *Crime Prevention Through Environmental Design (CPTED)*, desenvolvida nos Estados Unidos da América, em 1971, e que não se confunde com a *Prevenção Situacional* que teve origem em Inglaterra, em 1980. Ambas são constituídas por um conjunto de estratégias de intervenção que operam sobre as variáveis do espaço, com o objectivo de reduzir as oportunidades para a prática de ilícitos criminais, aumentando o esforço e os riscos dessa prática e reduzindo os benefícios que dela possam advir. No entanto, diferenciam-se no facto da *Prevenção Situacional* dar ênfase a estratégias de intervenção orientadas especificamente para o alvo, enquanto que a *CPTED* assenta, preferencialmente, em estratégias orientadas para a manipulação do espaço, baseando-se na concepção, manutenção e utilização do mesmo, como meio de prevenção criminal. Não obstante estas diferenças, em muitos casos, estes dois tipos de estratégias podem ser aplicadas de forma combinada, de maneira a alcançarem-se resultados mais eficazes.

---

<sup>1</sup> “O investigador procura enunciar o projecto de investigação na forma de uma pergunta de partida, através da qual tenta exprimir o mais exactamente possível o que pretende saber, elucidar e compreender melhor” (Quivy e Campenhoudt, 1998).

Posto isto, subordinou-se esta dissertação ao tema: *Urbanismo e Segurança: Contributos da concepção, manutenção e utilização do espaço para a prevenção criminal*, fazendo uma abordagem ao nível de um bairro de habitação social denominado Bairro Amarelo da Bela Vista, sito na Freguesia de S. Sebastião, em Setúbal. Os objectivos deste trabalho são:

1. Contextualizar os desenvolvimentos teóricos referentes à prevenção criminal, através da manipulação do espaço construído.
2. Analisar os princípios, as estratégias e as técnicas inerentes à 2ª geração da *CPTED* e a importância destes nos programas de prevenção criminal.
3. Discutir a importância de integrar as Forças de Segurança na aplicação de estratégias de concepção, manutenção e utilização do espaço como medida de prevenção criminal.
4. Analisar a aplicabilidade da 2ª geração da *CPTED* no Bairro Amarelo da Bela Vista e as suas consequências.

Pretende-se com este trabalho compreender o papel do ordenamento do espaço físico, enquanto mediador de oportunidades para a prática de crimes, bem como os possíveis contributos da manipulação do espaço na redução dessas oportunidades, abrindo, assim, fronteiras no que diz respeito às políticas de prevenção criminal, em Portugal.

Nesta perspectiva, no capítulo I, procura-se fazer uma revisão dos estudos que têm evidenciado o papel do espaço urbano na prevenção e sugerido que as condições físicas do espaço podem minimizar as oportunidades para a ocorrência de acções delituosas e, consequentemente, mitigar o sentimento de insegurança. Esta primeira fase apoia-se em estudos e experiências realizadas a nível internacional, por autores como: Elisabeth Wood, Jane Jacobs, Oscar Newman, Ray Jeffery, Diane Zahm, e Timothy Crowe, de forma a compreender as bases que deram origem à *CPTED*.

No capítulo II pretende-se analisar, ao pormenor, a 2ª geração da *CPTED*, que surge com Timothy Crowe, em 1991. Para além de se focarem os princípios e as estratégias desta abordagem preventiva, pretende-se compreender qual a sua aplicabilidade, quem deve estar envolvido no processo e quais são os resultados da sua aplicação já alcançados a nível mundial.

Estes dois capítulos supracitados servirão para conhecer e compreender a 2ª geração da *CPETD*, a um nível teórico e prático, e a partir destas duas matrizes, a teórica e a prática, realizou-se o estudo num bairro de habitação social.

No capítulo III efectua-se então uma abordagem “exploratória<sup>2</sup>” e delimitou-se, como área de análise, a unidade arquitectónica denominada por Bairro Amarelo da Bela Vista, com o objectivo de observar e analisar a presença dos princípios e das estratégias da 2ª geração da *CPTED* no ordenamento daquele espaço específico e as consequentes repercussões ao nível da segurança e da criminalidade.

Ciente de que a 2ª geração da *CPTED* abrange tanto as estratégias de prevenção ao nível do espaço, como as estratégias de prevenção de foro social, ou seja, as que reforçam o capital social, salienta-se que apenas se analisará a aplicabilidade dos princípios e das estratégias *CPTED*, tendo em conta os factores físicos do espaço. Embora seja fundamental aliar o factor físico ao factor social, pretende-se apenas compreender até que ponto a concepção adequada ou a manipulação do espaço físico, de acordo com o que foi abordado no capítulo I e II, poderá contribuir para a prevenção do crime, para o sentimento de segurança e, consequentemente, para um melhor nível de vida dos cidadãos. Salienta-se que, apesar de, este trabalho incorrer sobre a abordagem preventiva *CPTED* no espaço específico, estudado no capítulo III, recorre-se, em alguns casos, a estratégias de *Prevenção Situacional* (ainda que de forma dissimulada) a serem aplicadas em conjunto com as estratégias *CPETD*, com o objectivo de reduzir de forma mais eficaz as oportunidades para a prática de ilícitos criminais e de incividades.

A escolha do Bairro Amarelo, como espaço a estudar, deve-se ao facto de este ser um bairro problemático<sup>3</sup> bem delimitado e com uma projecção mediática actual, para além de ser um dos bairros mais documentados ao nível do país.

Na busca de respostas para a pergunta de partida e com o propósito de atingir os objectivos propostos, organizou-se este trabalho, de cariz empírico, de forma bipartida no que diz respeito à metodologia adoptada.

---

<sup>2</sup> Exploratória, significa que a abordagem tem por finalidade “desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias com vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores” (Quivy e Campenhoudt, 1998).

<sup>3</sup> O Bairro Amarelo da Bela Vista apresenta uma panóplia de características que o classifica como bairro problemático, que passamos a enumerar: historial de desordem pública preocupante; índices de criminalidade imanente significativos; ligação entre criminalidade violenta e a população do Bairro; problemas graves de violência doméstica ou de conflitualidade nas relações de vizinhança; relação permanente entre ilícitos praticados pelos residentes, tráfico de estupefacientes e receptação; elevada densidade populacional; composição étnica e social problemática; desintegração social e dificuldades de inserção no meio social envolvente; presença do sentimento de anomia, inimizabilidade e impunidade, sendo que muitos dos problemas são resolvidos entre os próprios residentes, sem recurso aos procedimentos legais; elevados índices de desemprego e trabalhos precários; e por último, taxa de escolaridade baixa, absentismo e abandono escolar elevado.

A primeira parte, que inclui o capítulo I e II, será eminentemente teórico-conceptual, para a qual se procedeu a uma pesquisa e a uma recolha bibliográfica, sobretudo internacional<sup>4</sup>, com base na adequação ao tema e ao problema em estudo.

Para a pesquisa e recolha bibliográfica auxiliaram as conversas informais exploratórias, com pessoas que conhecem bem o tema e que têm experiência de investigação. Estas conversas serviram como meio de reflexão perante o caminho a seguir e a recolha de informação a fazer.

A segunda parte do trabalho, que diz respeito ao capítulo III, será eminentemente empírica, pois realizar-se-á uma abordagem prática, de certa forma exploratória, a um espaço específico bem delimitado, para a qual se recorre a uma observação directa não participativa, a uma recolha de dados preexistentes e a uma captação de imagens fotográficas<sup>5</sup>.

Os dados preexistentes recolhidos são os dados da criminalidade registada pela PSP de Setúbal, em 2008 e 2009, que foram cedidos pelo Departamento de Informações Policiais da Direcção Nacional da PSP e estatisticamente tratados e analisados pelo autor. Como os dados provêm do Sistema Estratégico de Informação (SEI) da PSP, incide-se apenas sobre os dados correspondentes aos últimos dois anos, uma vez que a fonte dos mesmos só se encontra completa desde 2008. Recolheram-se, ainda, dados e informações preexistentes, relativos ao Bairro Amarelo da Bela Vista, principalmente os de foro social.

Para a elaboração de todo o trabalho realizaram-se, ainda, entrevistas, em que a escolha dos entrevistados teve por base os conhecimentos teóricos e as experiências que estes possuem acerca do tema. Estas entrevistas são semi-directivas, pois, a partir de uma série de perguntas-guia, relativamente abertas, procurou-se receber o máximo de informação por parte dos entrevistados, deixando-os falar abertamente. Dado o tema da dissertação optou-se por entrevistar três Arquitectos e dois Oficiais de Polícia estreitamente ligados ao Bairro Amarelo da Bela Vista, o Comandante do Comando de Setúbal e a Comandante da Esquadra da Bela Vista.

---

<sup>4</sup> Traduções da responsabilidade do autor.

<sup>5</sup> As imagens foram captadas pelo autor no mês de Maio do presente ano. Todas as imagens que não foram captadas pelo autor serão identificadas com a respectiva fonte.

# Capítulo I

## Abordagens teóricas ao “design ambiental defensivo”<sup>6</sup>

### 1. Ecologia criminal<sup>7</sup>

Na história da ciência criminológica, diversos “envolvimentos teóricos e ideológicos” (Dias e Andrade, 1997:1), ou seja, *Escolas Criminológicas*, tentaram explicar o problema do crime. É o caso da *Escola de Chicago*, de onde emergiram as teorias ambientais do crime.

A primeira *Escola Criminológica*, “onde pela primeira vez se referenciou a reflexão sistemática e coerente sobre o problema do crime”, foi a *Escola Clássica* (Dias e Andrade, 1997:6). Esta corrente “caracteriza-se por ter projectado sobre o problema criminal, os ideais filosóficos e o *ethos* político do humanismo racionalista”<sup>8</sup> (Dias e Andrade, 1997:7).

Posteriormente, surge a *Escola Positivista Italiana* que objecta a ideia de que todo o delito deriva de uma escolha racional, considerando as causas biológicas a principal explicação para o crime.<sup>9</sup>

No final do século XIX, com o aparecimento da *Criminologia Social*, passam a ser considerados os factores sociais na explicação do crime, evidenciando-se a *Escola de Chicago*, cujos pensamentos são a base teórica do estudo da relação entre o espaço físico e as condutas criminosas.

---

<sup>6</sup> A expressão “design” é utilizada no sentido de “concepção formal”.

<sup>7</sup> A expressão ecologia criminal é a designação da primeira das grandes teorias sociológicas do crime. Alguns autores preferem a designação, igualmente correcta, de escola de Chicago. (Dias e Andrade, 1997:268)

<sup>8</sup> Isto significa que, partindo do princípio de que o crime é cometido tendo em conta um maior benefício e um menor esforço, os seguidores desta corrente entendem que o delinquente actua motivado por um interesse racional e que, consequentemente, o medo da punição inibe-o de participar em práticas criminosas. Assim, as ideias desta corrente centram-se no estudo das penas e do seu poder dissuasivo, considerando que um castigo elevado faz os delinquentes ponderarem que não vale a pena a prática do crime (Dias e Andrade, 1997:7).

<sup>9</sup> Esta corrente sugere que o determinismo dos delinquentes ocorre em função de características inalteráveis dos sujeitos, sejam elas antropológicas, sociológicas ou psicológicas, como defende Lombroso, Ferri e Garofalo, respectivamente. Assim, o crime poderia ser prevenido e eliminado através da identificação das características (antropológicas, sociológicas ou psicológicas) dos indivíduos, que o produzem.

A *Escola de Chicago* “constitui a primeira denúncia da inadequação das respostas de tratamento individual”, pois tal como defendem Shaw e Mckay (1969), “se pretendemos ter menos delinquentes, ou modificar o modo de vida dos que já são delinquentes, temos de encontrar o caminho para alterar aqueles aspectos da vida em comunidade que fornecem as condições de que se alimentam as carreiras delinquentes” (Dias e Andrade, 1997:287).

Inspiradas na *Escola de Chicago*, surgem teorias que tentam sustentar as causas do crime com base nas conjunturas ambientais, destacando-se a *crime pattern theory*<sup>10</sup>, a *teoria da actividade rotineira* e a *teoria da escolha racional*. Segundo estas, o crime ocorre quando alguém com motivação encontra uma oportunidade para o consumir.

A *crime pattern theory* centra a sua análise nos movimentos e nas actividades diárias das vítimas, tendo em conta o lugar e o tempo preciso em que são cometidos os crimes, e defende que a dissolução dos padrões de hábitos das pessoas<sup>11</sup> poderiam diminuir as oportunidades para a ocorrência de crimes, reduzindo o risco de vitimização (Clarke e Felson, 1998).

A *teoria da actividade rotineira* assenta na ideia de que para a ocorrência um crime tem de existir um autor motivado, um alvo vulnerável<sup>12</sup> e a ausência de medidas de segurança capazes. (Cohen e Felson, 1979; Felson, 1987). Por outras palavras, “o ambiente cria ocasiões para o crime reunindo num mesmo espaço e num mesmo tempo três condições base: um delinquente provável, um alvo apropriado e a ausência de dissuasão suficiente” (Gomes, 1998: 26).

Por último, a *teoria da escolha racional* defende a ideia de que o “indivíduo decide cometer um crime para obter o que deseja” (Gomes, 1998: 26). Segundo os autores Cornish e Clarke (1986), a maioria dos delinquentes oportunistas são racionais na tomada

---

<sup>10</sup> Não existe uma tradução oficial para esta denominação. No entanto, propõe-se como tradução: *teoria dos padrões criminais*.

<sup>11</sup> Paul e Patricia Brantingham para explicarem o padrão de crimes contra as pessoas e a propriedade, baseado no padrão de deslocação da vítima e do criminoso, avançam com três conceitos interrelacionados: *Nóculo de actividade* (nodes), locais com uma grande intensidade de actividade e onde os indivíduos passam a maior parte do seu tempo (casa, escola, trabalho, locais de diversão, etc.); *Caminhos* (pathways), ligações entre os nós de actividade de cada indivíduo (estradas, ruas, etc.). As deslocações, regulares e sistemáticas, ao longo destes caminhos, entre nós, familiarizam os indivíduos com os mesmos; e *Limites* (edge), considerados as “fronteiras” que oferecem alguma resistência ao seu atravessamento, como rios, pontes, parques, etc. Estas “fronteiras” podem ser físicas ou perceptivas (áreas conotadas com um determinado perigo, como por exemplo determinado bairro). Estes três conceitos em interacção criam no indivíduo uma consciência do espaço, que resulta do seu conhecimento e familiaridade com determinada zona geográfica, onde o indivíduo se sente à vontade.

<sup>12</sup> Segundo Felson e Clarke (1998:5), existem quatro elementos que influenciam os riscos do alvo (pessoa ou objecto) que se encontra posicionado num mesmo espaço e num mesmo tempo que o delinquente, que podem ser resumidos através do acrónimo VIVA: Value (valor), Inertia (inércia), Visibility (visibilidade) e Access (acesso).



das suas decisões, reconhecem, avaliam e respondem tendo em conta a percepção do risco, a recompensa e o esforço associado à prática do crime. Os factores ambientais do espaço construído são uma parte integrante desse processo decisório (Cozens, 2008).

No entanto, apesar de todas estas escolas e teorias, foram trabalhos como o de Wood (1950), Lynch (1960), Jacobs (1961), Angel (1968), Newman (1972), Jaffery (1971/77) e Crowe (1991), entre muitos outros, que popularizaram a ideia de que a concepção inadequada do espaço urbano poderia influenciar na criminalidade. Será sobre estes trabalhos que irão incidir os pontos seguintes.

## **2. Segurança local através de soluções arquitectónicas (Elisabeth Wood)**

Desde 1950, autores interessados na “arquitectura defensiva” defendem a “introdução de soluções arquitectónicas e de utilização do espaço que contribuíssem para tornar certos locais mais seguros” (Fernandes, 2007:36).

Um dos pioneiros dos estudos neste âmbito foi a socióloga Elisabete Wood, que segundo Newman (1973:119), foi um dos pioneiros na defesa da importância de avaliar a concepção e o planeamento do ambiente físico para atingir objectivos sociais.

Em Chicago, Wood esforçou-se para tornar o ambiente envolvente das áreas residenciais, de populações de classe baixa, em ambientes mais ricos e, na tentativa de produzir alterações no ordenamento do espaço de forma a melhorar a qualidade de vida dos residentes, desenvolveu uma série de orientações para a melhoria das condições de segurança desses espaços (Newman 1973:122). Para Wood os “Bairros Sociais, independentemente do número de polícias, de porteiros e de pessoal de manutenção, nunca conseguiriam prevenir a ocorrência de crimes. Isto porque era importante alterar os espaços públicos e semi-públicos de forma a privilegiar a sua utilização e consequentemente aumentar a sua vigilância” (Fernandes, 2007:36).

Um dos objectivos desta socióloga era melhorar e aumentar a visibilidade no espaço físico, criando espaços onde os residentes se pudessem reunir, aumentando, assim, o potencial de vigilância. Tal objectivo prende-se com o facto de o conceito de controlo social das áreas residenciais, para Wood, se basear na vigilância levada a cabo pelos residentes, considerando que as áreas sem visibilidade e inutilizadas estão simplesmente fora de controlo.

Newman (1973:126) entende que Wood foi um dos autores mais importante no campo da concepção e utilização do espaço, no entanto as suas ideias nunca foram submetidas a testes empíricos.

### **3. Os olhos postos na rua (Jane Jacobs)**

O trabalho mais influente acerca do ambiente urbano e da sua relação com o crime foi, provavelmente, a obra *The Death and Life of Great American Cities*, publicada em 1961 por Jane Jacobs. Nesta obra, esta jornalista, especializada em assuntos de arquitectura, propõe uma nova forma de ver a relação entre a degradação urbana e o crime, atacando a ortodoxia do planeamento urbano nos EUA (Fernandes, 2007:38).

Jacobs argumentou que a desordem e o declínio urbano, em parte, eram o resultado de um ordenamento pobre do espaço e de uma ideologia de planeamento de construção assente em falsas premissas (Parnaby, 2006:3). Desta forma, entendia que as comunidades deveriam ser repensadas e reconstruídas, privilegiando o reforço de um controlo social informal, uma vez que a velha forma de planear, construir e reconstruir as cidades destruía os bairros e com eles um conjunto de características que permitiam garantir uma interacção social e uma “segurança natural” (Fernandes, 2007:38). Os métodos tradicionais de planeamento da cidade criavam ruas onde o tráfego pedestre se tornava reduzido, facto que, segundo a autora, contribuía para a decadência da cidade. Jacobs defende que ao restabelecer o tráfego pedestre diminuí-se, consequentemente, as actividades transgressivas, devido ao que ela denominou de “Eyes on the street”.

Para Jacobs, as ruas da cidade são inseguras quando estão desertas, isto é, a pouca utilização de determinados espaços potencia a ocorrência de crimes por falta de potenciais vigilantes. Neste sentido, segundo a autora, as bases do funcionamento equilibrado de um espaço urbano podem ser resumidas da seguinte forma (Fernandes, 2007:40):

1. Demarcação clara entre o espaço público e privado;
2. Vigilância por parte daqueles que habitam na zona e exercem o controlo social informal;
3. E por último, passeios que proporcionem uma utilização contínua, de forma a aumentar a vigilância e, consequentemente, a segurança.

Jane Jacobs aproximou-se das questões da morfologia urbana e deu um dos primeiros passos no sentido da recuperação das formas tradicionais do urbanismo. “De acordo com

ela os grandes arquitectos não tinham compreendido que as cidades eram seres orgânicos, constituídas por uma miríade diária de interacções sociais e económicas, e os seus edifícios, nomeadamente os grandes prédios, interferiam nesse processo e eram potenciadores de crime” (Fernandes, 2007:38).

Segundo alguns críticos, a metodologia utilizada por Jacobs poderia ter um efeito contrário, isto é, em vez de prevenir poderia, por exemplo, criar um maior número de oportunidades para o crime devido à existência de um maior número de potenciais alvos.

No entanto, apesar das críticas, Jacobs “apresenta uma visão prática da cidade e dos seus problemas e o seu trabalho deve ser visto como uma contribuição para reorientar os estudos de criminologia”. (Fernandes, 2007:41)

Jeffery defende que esta jornalista levou vários autores a olhar para a utilização do espaço e para o modo como as pessoas se relacionam e integram nele, como algo fundamental para a prevenção do crime.

#### **4. Defensible space (Oscar Newman)**

Abraçando o espírito de Jacobs (1961), Oscar Newman (1972) defendeu a importância da concepção e do ordenamento do espaço físico, no que diz respeito à prevenção criminal, lançando em 1972 o seu conceito *Defensible Space* exposto no seu livro *Defensible Space: Crime Prevention Through Environmental Design*, onde concentra a sua análise nos bairros sociais (Fernandes, 2007:41). Tal como Jacobs, este Arquitecto estava convencido de que a deterioração das habitações sociais americanas se devia, em parte, à má concepção do espaço e à falta de interacção do mesmo. Segundo Newman, esta má concepção das habitações sociais provoca o desânimo nos residentes, que deixam de responsabilizar-se pelo espaço público e de exercer os normais instintos de territorialidade (Walsh, 1999:42). Neste sentido, Newman afirmou que o aumento da visibilidade e a separação dos espaços, em áreas atribuídas a um pequeno número de residentes, incentiva ao aparecimento de um sentimento de territorialidade e a uma maior capacidade de controlo dessa área, uma vez que, presumivelmente, os eventuais infractores perceberiam esta atitude por parte dos cidadãos, abstendo-se de praticar ilícitos criminais nessas áreas (Feins, Epstein e Widom, 1997:71).

No final de 1960, em St. Louis, Newman observa os problemas do crime no interior da cidade e verifica o fracasso das políticas destinadas a responder e resolver estes mesmos

problemas, começando a desenvolver a sua teoria *Defensible Space*. Para este autor, o *Defensible Space* é um conjunto de estratégias capazes de reestruturar os espaços residenciais das cidades, tornando-os controlados pela comunidade que os partilha (Newman, 1973:2). Estas estratégias englobam barreiras simbólicas ou reais, as áreas de influência fortemente definidas e o aumento das oportunidades de vigilância, tudo articulado para criar um espaço capaz de ser controlado pelos seus residentes (Newman, 1973:3).

Em St. Louis, Newman testemunhou o fracasso de um projecto de habitação social, denominado por Bairro de Pruitt-Igoe, criado pelos Arquitectos mais conceituados do país (Newman, 1996:9). Neste bairro social, cada um dos prédios era composto por onze andares, o rés-do-chão foi deixado livre para actividades comunitárias, o 3º andar continha corredores comuns para uma lavandaria, uma sala e um depósito de lixo e na parte exterior das habitações existiam árvores a envolve-las. Todo o espaço envolvente dos edifícios era comum e desintegrado das unidades, o que dificultou a identificação dos residentes com o mesmo. Passados 10 anos, depois da sua construção, o ordenamento daquele espaço mostrou-se um fracasso. Rapidamente, os caminhos de acesso aos edifícios acumularam grandes quantidades de lixo, as caixas do correio foram vandalizadas, os elevadores, os corredores e as escadas tornaram-se locais perigosos e acumulados de lixo e o bairro começou a ficar coberto por graffiti e estragos humanos<sup>13</sup> (Newman, 1996:10), tendo surgido a necessidade de propor a sua demolição.

Newman apurou que mesmo ao lado deste bairro existia um complexo de casas, denominado Carr Square Complex<sup>14</sup>, onde habitava uma população idêntica à que tinha sido inserida no Pruitt-Igoe. No entanto, este complexo permaneceu livre dos problemas que se observavam no outro. Ao verificar isto, Newman questionou a causa que terá levado à demolição do Bairro de Pruitt-Igoe, tendo em conta que a população dos dois espaços era semelhante (Newman 1996:11).

A fim de responder a esta questão, o Arquitecto observou o bairro de Pruitt-Igoe e constatou que existia uma diferença entre o espaço privado (interior dos apartamentos) e o espaço público. Ao contrário do espaço público, o espaço privado mantinha-se limpo, protegido e seguro, o que demonstrava que os residentes controlavam e mantinham em boas condições apenas as áreas que eram claramente definidas como suas. Nos espaços públicos, partilhados por 150 famílias, a causa da degradação era a falta de identidade e

<sup>13</sup> Para uma melhor compreensão consultar imagens 1 e 2, no anexo A.

<sup>14</sup> Para uma melhor compreensão consultar imagem 3, no anexo A.

controlo por parte dos residentes (Newman, 1996:12). “Estas observações levaram Newman a concluir que o problema do bairro estava mais fortemente ligado às características do espaço público do que às pessoas que habitavam no mesmo” (Fernandes, 2007:43).

Com o intuito de perceber a forma como os diferentes tipos de construções influenciam o comportamento e a capacidade dos residentes para controlar o espaço, Newman estudou diferentes tipos de construções e a respectiva configuração interior e exterior, dividindo os tipos de construções em três grupos: *Single family houses* (casas singulares); *Walkups* (edifícios com cerca de três andares, ocupados por 5 a 6 famílias); e *Highrises* (edifícios com muitos andares, ocupados por cerca de 150 famílias). Depois de analisadas as construções, Newman verificou que a reivindicação de uma família para com um território diminui proporcionalmente com o número de famílias que compartilham esse território. Quanto maior o número de pessoas a partilhar um espaço, menor é o sentimento de propriedade e de identificação para com o espaço, o que, consequentemente, gera um menor controlo sobre o mesmo, por parte de cada um. Assim, quando um número reduzido de pessoas partilha um espaço é relativamente fácil chegarem a um entendimento informal do que será um uso apropriado do mesmo (Newman, 1996:17).

Newman analisou uma série de variáveis, tanto sociais como físicas, e verificou que a concepção física das áreas residenciais tem uma forte influência nas ocorrências criminais. Os resultados do estudo mostram que os factores mais importantes que contribuem para a variação das taxas de criminalidade são dois factores físicos: o tamanho do imóvel e o número de famílias que partilham uma entrada comum; e dois factores sociais: a percentagem de famílias com subsídios e o rácio de adolescentes por adulto. O tamanho do imóvel (em altura) tem um efeito causal no comportamento dos residentes no que diz respeito ao uso das áreas públicas para proveito próprio, à interacção social entre vizinhos e ao controlo do espaço público, influenciando, também, o medo do crime e a estabilidade da comunidade, independentemente dos factores socioeconómicos ou da presença policial (Newman, 1996:28).

Newman abordou, ainda, a graduação tipológica do espaço: espaço público, semipúblico e privado<sup>15</sup> e, segundo este autor, “o espaço torna-se mais defensável se

---

<sup>15</sup> Espaço Privado: espaço particular caracterizado pelo elevado grau de intimidade. O exemplo mais contundente é a habitação; Espaço Público: espaço comum ocupado temporariamente por uma pessoa ou um grupo cujo comportamento obedece a normas sociais; Espaço Semi-Público: espaço de transição entre os domínios público e privado, utilizado para uma socialização mais estrita e direccionada. Para uma melhor compreensão consultar ilustração 1, no anexo A.

existirem demarcações claras” entre estes tipos de espaços. (Fernandes, 2007:44). A inexistência de uma delimitação rígida dos espaços torna-os “impessoais” e “anónimos” (Heitor, 2001:8), o que leva a uma ausência de vigilância por parte dos residentes que não percebem o espaço como sendo seu.

O conceito *Defensible Space* é composto por quatro princípios essenciais, que funcionam individualmente ou em conjunto, para ajudar na criação de um ambiente urbano mais seguro (Newman, 1973:50):

a. *Territorialidade*: capacidade do espaço físico para criar áreas de influência territorial perceptíveis. “O autor defende que determinadas soluções arquitectónicas podem informar os estranhos de que uma determinada área é privada e controlada por quem tem a sua posse legítima” (Fernandes, 2007:46).

b. *Vigilância natural*: capacidade do ordenamento físico do espaço para proporcionar uma vigilância, sem necessidade de recorrer a meios mecânicos e electrónicos. Isto pode ser conseguido através da construção de edifícios com portas e janelas que permitam aos utilizadores ter uma boa visibilidade do exterior para o interior, e vice-versa, possibilitando a detecção e identificação da presença de estranho, ou através da correcta configuração dos edifícios, do mobiliário urbano e dos elementos paisagísticos que evite a existência de pontos de refúgio ou de cobertura para potenciais criminosos (Fernandes, 2007:46).

c. *Imagem*: Capacidade da concepção influenciar na percepção da singularidade do projecto, no isolamento e no estigma. O objectivo do *Defensible Space* é “transmitir a percepção de que se está num ambiente seguro e não vulnerável, em que existe uma certa solidariedade social entre os residentes e, ao mesmo tempo, evitar o estigma associado aos bairros sociais” (Fernandes, 2007:46).

d. *Inserção no ambiente (milieu)*: Exploração da influência da justaposição geográfica de zonas seguras, na segurança de áreas adjacentes. “Newman defende que a implementação de bairros sociais em áreas onde o crime é reduzido, e a utilização diversificada do espaço, aumenta a segurança decorrente do aumento da actividade na área” (Fernandes, 2007:47).

Esta teoria atraiu uma atenção considerável por uma variedade de razões significativas. Foi a primeira a envolver os factores do *design* na explicação do crime e, para além disso, foi claramente apoiada pelos dados recolhidos por Newman, oferecendo directrizes práticas e operacionais para conseguir reduções na criminalidade urbana. O

livro *Designing out crime*, escrito por Wilson e Geason (1989), discute detalhadamente estas ideias e desenvolve princípios, para serem aplicados no ambiente físico, válidos ainda hoje. Descreve também uma série de experiências bem sucedidas, onde as alterações ambientais provocaram uma redução nas taxas de criminalidade. No entanto, não se podem ignorar as críticas feitas por muitos autores a esta abordagem (Wilson, 1989:4).

Lebeau (1987) critica o trabalho de Newman, pois entende como fulcral associar medidas do foro social e as relações polícia-comunidade, para maximizar os efeitos das inovações ao nível da concepção, planeamento e utilização do espaço (Wilson, 1989:3).

Adams (1973) contesta Newman, pois, defende que este autor construiu o seu conceito com base em falsas premissas, partindo do princípio de que as agressões são cometidas por estranhos, negligenciando, assim, a possibilidade de serem cometidas pelos próprios residentes (Heitor, 2001:9).

Mayhew (1979) questiona a noção de *defensible*, pois entende que esta nega “à partida a complexidade urbana suportada pela diversidade morfológica dos espaços e pela variedade de usos e actividades que essa diversidade tende a gerar e que a monofuncionalidade cria uma estrutura sem articulação funcional, rígida e hierarquizada” (Heitor, 2001:9).

Também Hillier (1984, 1988, 1991, 1996) critica o conceito de Newman, defendendo que a “hierarquia de domínio dos espaços” e a “repartição dos espaços por zonas monofuncionais destinadas a servir grupos específicos da população” poderá ter uma funcionalidade contrária à pretendida por Newman, pois favorecem a subutilização do espaço. Em vez disso, Hillier defende que para segurança do espaço urbano é fulcral a “presença espontânea e constante de passantes” que promovam a capacidade do espaço para ser “aceitável”, “permeável”, “visível”, “legível” e “previsível” (Heitor, 2001:9).

Embora tenham existido muitas críticas ao conceito *Defensible Space*, o trabalho de Newman tornou-se de extrema importância ao postular a necessidade de reflexão sobre a concepção e o ordenamento do espaço físico na prevenção do crime, dando ênfase a ideias, tais como, delimitação entre o espaço público e privado e vigilância natural por parte dos residentes e utilizadores do espaço. Newman rejeitava a ideia de “fortaleza urbana” que obriga os residentes a refugiarem-se dentro das suas casas, impedindo o uso e o controlo do espaço e, conseqüentemente, afastando por completo o sentimento de responsabilidade sobre a área em que habitam (Wilson, 1989:3).

## 5. Modelo CPTED Original (Ray C. Jeffery)

Em 1971, Ray Jeffery desenvolve o conceito CPTED, publicando-o na obra *Crime Prevention Through Environmental Design*, que marcou um importante ponto de viragem no que diz respeito ao modo de pensar acerca do comportamento anti-social e criminoso. Este conceito representou um grande avanço na teoria criminológica e lançou as bases para a aplicação de uma perspectiva única a aplicar ao estudo do crime, a perspectiva de “sistemas integrados” (Robinson, 1996:2).

Na sua obra, Jeffery argumenta que os sociólogos e os criminologistas exageraram consideravelmente as causas sociais do crime e negaram tanto as causas biológicas, como as ambientais. Tal como Jacobs, Jeffery compreendeu a importância da relação entre o meio ambiente, os factores biológicos e os psicológicos (Parnaby, 2006:3). Assim, sugeriu que os criminologistas abandonassem o tradicional foco sobre o delinquente, passando a considerar também o ambiente em que o delinquente se insere, bem como a influência que esse ambiente exerce no comportamento do delinquente (Crowe e Zahm, 1994:24).

O conceito CPTED, de Jeffery, surgiu a partir das suas experiências com um projecto de reabilitação em Washington e o seu trabalho foi baseado nos preceitos da psicologia experimental representada na teoria da aprendizagem (Robinson, 1996:7). Profundamente enraizado na teoria psicológica da aprendizagem de Skinner, a abordagem CPTED de Jeffery deu ênfase ao papel do ambiente físico no desenvolvimento de experiências agradáveis ou penosas para o delinquente, que teriam capacidade para mudar os resultados comportamentais<sup>16</sup> (Robinson, 1996:7). O facto da abordagem de Jeffery, em 1971, ter sido, em grande parte, baseada na teoria da aprendizagem comportamental de Skinner (modelo S-R), explica o porquê desta não ter dado atenção à “razão” do organismo no seu conceito CPTED original<sup>17</sup>. A implicação lógica do modelo CPTED original era a de que o ambiente interfere directamente no comportamento do organismo, sem primeiro afectar o organismo, seja fisicamente ou mentalmente<sup>18</sup> (Fernandes, 2007:50).

A segunda edição CPTED de Jeffery, em 1977, envolveu uma revisão completa dos seus fundamentos teóricos. A sua abordagem do “organismo vazio” foi, então, substituída

---

<sup>16</sup> O modelo original CPTED foi um modelo estímulo – resposta (modelo S-R), postulando que o organismo aprende com as punições e reforços do meio ambiente.

<sup>17</sup> Skinner era conhecido pelo seu ponto de vista crítico em relação às teorias introspectivas ou mentalistas do comportamento, que não são empiricamente testáveis (Robinson, 1996:7). Como resultado Skinner ignorou completamente o organismo, pois não existe maneira de saber o que vai no cérebro ou na mente. Ele estava satisfeito em apenas observar e descrever o que via, em vez de recorrer a conjunturas sobre o que ele não poderia ver no cérebro ou mente do organismo (Robinson, 1996:8).

<sup>18</sup> Abordagem do “organismo vazio”.



por um novo modelo comumente denominado como o modelo de “sistemas integrados” do comportamento humano. Este modelo passa a postular que os efeitos interactivos contínuos do ambiente e do organismo têm influências recíprocas (Robinson, 1996:8).

Assim, o modelo CPTED de Jeffery evoluiu para um modelo geral de prevenção criminal baseado na perspectiva dos sistemas integrados, que inclui tanto o ambiente externo (espaço), como o ambiente interno (organismo) do delinquent (Robinson, 1996:8). Este novo modelo passa a assumir “que os actores criminosos executam as suas decisões com base num processo racional, ainda que muito incipiente, sendo que as suas percepções podem ser manipuladas no sentido de induzir nos mesmos um risco elevado relativamente ao cometimento de um determinado crime. Estas percepções, ao influenciarem o processo de tomada de decisão, poderão levar o potencial criminoso a optar por desistir da acção, se no decurso do seu processo decisório concluir que os potenciais riscos superam os eventuais lucros derivados da acção criminosa” (Fernandes, 2007:51).

O pressuposto básico da nova abordagem CPTED, tal como vem expresso na obra de Jeffery, é que a resposta do organismo é um produto do cérebro, que por sua vez, é um produto da genética e do ambiente. Posto isto, o ambiente não influencia o comportamento directamente, mas através do cérebro (Robinson, 1996:9).

Existem, então, dois elementos importantes para a prevenção criminal através da concepção do espaço, o lugar onde ocorre o crime e a pessoa que o comete. Assim, Jeffery (1990) afirma que podemos impedir ou diminuir o crime alterando o organismo e/ou o ambiente externo (Robinson, 1996:9). Segundo este novo modelo CPTED “as características físicas do ambiente são centrais na facilitação ou inibição da ocorrência de actos criminosos, pelo que a redução da criminalidade pode ser obtida pela gestão e manipulação do ambiente onde os crimes ocorrem, centrando-se na redução das vulnerabilidades e das oportunidades de cometer crimes existentes em certos locais” (Fernandes, 2007:51).

Segundo Clarke (2001), o livro de Jeffery encontrou uma indiferença e uma hostilidade considerável por parte dos criminologistas que estavam particularmente ofendidos pelos argumentos biológicos. Para além do mais, não inclui medidas concretas a aplicar ao espaço como meio de prevenção, ao contrário do que se pode encontrar na obra de Newman (Robinson, 1996: 9).

Contudo, Timothy Crowe (1991), seguidor da obra de Jeffery, posteriormente aperfeiçoa e amplia o supracitado modelo CPETD. A sua nova abordagem passa a implicar

tanto a componente física, como a componente social do espaço, surgindo a 2ª geração da CPETD, composta por um conjunto de directrizes práticas a aplicar ao espaço, como medidas de prevenção criminal e de segurança.

## 6. 2ª Geração da CPTED (Timothy Crowe e Diane Zahm)

Inicialmente, o conceito CPTED foi alvo de críticas (Cozens e al., 2000) por apresentar algumas lacunas graves. Destaca-se a exagerada importância dado ao espaço físico em detrimento do factor social, subvalorizando-se o delinquente e a vítima<sup>19</sup>; a centralização na planificação urbana e na concepção arquitectónica, que colocou completamente de parte a manutenção do espaço; bem como, a ausência de um trabalho conjunto por parte dos diferentes actores que deveriam participar no processo de concepção e manutenção do espaço urbano.<sup>20</sup>

Todos estes problemas iniciais foram superados com a 2ª geração da CPTED. Nesta nova geração, a CPTED foi aperfeiçoada passando, por um lado, a incorporar a dimensão social, de forma a assegurar que o espaço se torne *defensible* pelos seus residentes, e por outro a preocupar-se com a criação de actividades sociais positivas e diversificadas para encorajar os residentes a apropriarem-se do espaço e a retirar proveito da vigilância natural (Cozens, 2008:437).

Assim, a 2ª geração CPTED é um modelo que assenta na ideia de que um ordenamento adequado e uma utilização apropriada do espaço podem conduzir a uma redução da incidência criminal, melhorando consequentemente a qualidade de vida, (Crowe e Zahm, 1994:22) e as suas estratégias desenvolvem “soluções compatíveis com uma concepção do espaço físico que atenda às necessidades (físicas, sociais e psicológicas) dos utilizadores desse espaço, bem como às actividades que aí se irão desenvolver e ainda à previsão dos comportamentos dos utilizadores legítimos ou dos potenciais criminosos” (Fernandes, 2007:56).

De referir, ainda, que esta nova geração da CPTED incorpora uma consideração pela *Tipping Point Theory* (Saville, 1996). Esta teoria diz que em comum com ecossistemas

---

<sup>19</sup> Uma cidade mais segura é o resultado de uma política de segurança que tem como fim o espaço físico e social e, segundo Cleveland e Saville (1997:1), pode-se beneficiar começando com uma análise dos aspectos físicos do espaço, mas no final tem de se olhar para os aspectos sociais.

<sup>20</sup> É necessária uma ampla colaboração entre as autoridades públicas, o poder governamental, o sector privado, a polícia, os residentes, os arquitectos, urbanistas e projectistas, sendo que cada um tem o seu papel na definição do problema, na decisão sobre a solução mais adequada e nas melhorias a longo prazo (Zahm, 2007:6).

naturais todos os bairros têm uma capacidade de carga finita. Quando este limite é ultrapassado pode haver lugar a mudanças fundamentais. Este facto irá, claramente, implicar negativamente na forma como estes bairros serão observados, rotulados, geridos e utilizados (Cozens, Hillier e Prescott, 2002:121), sendo importante desenvolver projectos à escala humana.

Segundo a Arquitecta Teresa Heitor, actualmente, a CPTED “constitui-se como um movimento internacional com uma vertente eminentemente prática, disponibilizando um conjunto de directrizes para apoio à concepção de espaços à escala da edificação, e de grelhas multicritérios para aferição dos diferentes parâmetros a considerar e para avaliação da capacidade de segurança e vigilância” (Heitor, 2007:9).

### **Conclusão capitular**

Da recolha bibliográfica, realizada para a elaboração do presente capítulo, conclui-se que as reflexões acerca da manipulação do espaço como forma de prevenir o crime já não são algo de novo. A partir de 1950 começam a surgir as primeiras reflexões, ainda que incipientes e, mais tarde, autores como Jacobs (1961), Newman (1972), Jeffery (1971,1977) e Crowe (1991) começam a encarar o espaço urbano, a forma como este está concebido e o tipo de utilização dado ao mesmo, como um possível factor criador ou inibidor de oportunidades para a prática de crimes e incividades.

Com estes autores supramencionados começam a surgir conceitos, encarados como abordagens preventivas, que explicam a influência do espaço físico nas ocorrências criminais. Evidencia-se o conceito *Defensible Space* e o conceito *CPTED*, assentes na ideia de criação de um espaço *defensible* através de estratégias preventivas voltadas para a manipulação das características arquitectónicas e urbanísticas desse espaço.

Merece especial destaque a 2ª geração da CPTED, desenvolvida por Crowe, pois esta abordagem não se limita a incidir sobre as características físicas do espaço, incorporando também uma preocupação sobre a componente social do mesmo.

No capítulo seguinte, com o intuito de se perceber melhor a aplicabilidade prática da 2ª geração da CPTED, serão analisadas as suas estratégias, a sua aplicação ao nível do espaço específico, os actores que devem estar envolvidos neste processo, bem como a experiência que tem sido feita a nível internacional.

## Capítulo II

### CPTED como abordagem preventiva aplicada ao espaço urbano

#### 1. Princípios, Estratégias e Técnicas da CPTED

As estratégias propostas pela CPTED partem do princípio que o “ambiente urbano pode influenciar o comportamento delituoso de dois modos: fisicamente, proporcionando as condições espaciais onde os indivíduos actuam, e socialmente, promovendo as relações sociais a que os indivíduos respondem” (Heitor, 2007:9).

Para a aplicação destas estratégias, orientadas para o planeamento e para a manipulação do espaço, existem quatro princípios cuja observância contribui para a criação de espaços seguros, pois, guiam a análise tanto de lugares inseguros como de futuros projectos e criam recomendações para a concepção do espaço que podem ter efeitos redutores sobre os índices de vitimização e de insegurança (Salazar, 2007:199).

Estes quatro princípios essenciais em que se baseia a aplicabilidade das estratégias e técnicas da CPTED são: o controlo natural de acessos, a vigilância natural, a territorialidade e a manutenção, inspirada na teoria *Broken Windows*<sup>21</sup>.

*O Controlo natural de acessos* visa dissuadir a prática de crimes criando a percepção no delinquente de que corre o risco de ser detectado e ao mesmo tempo visa reduzir a prática de crimes negando o acesso a locais onde os intrusos não são facilmente detectados.

Isto pode ser conseguido da seguinte forma: canalizando a circulação para determinados locais onde exista uma maior vigilância através da utilização de passeios, portões, iluminação e árvores; centralizando as áreas de uso comum o mais possível das principais zonas de circulação previstas no projecto; e evitando localizar estas áreas comuns em zonas afastadas (Crime Prevention Unit Municipal Center Virginia Beach, 2000:7).

---

<sup>21</sup> Para uma perspectiva mais desenvolvida, consultar o artigo: *Broken Windows, the police and neighbourhood safety*, de James Q. Wilson e George L. Kelling, publicado no *Atlantic Monthly*, N°127, em Março de 1982, pp. 29-38.

A *vigilância natural* é essencial para manter o espaço seguro. A disposição do espaço pode facilitar a possibilidade de ver e ser visto por outros. A boa visibilidade de um lugar aumenta a possibilidade de controlo sobre este, pelos seus residentes e utilizadores, e por sua vez, diminui a possibilidade de ocorrência de crimes (Salazar, 2007:199-200). Os mecanismos de vigilância natural passam pela colocação estratégica de janelas, portas e árvores, pela boa iluminação do espaço e pela promoção de actividades que levem à passagem e frequência de pessoas, maximizando a vigilância. A utilização destes mecanismos contribui para a prevenção de crimes, tornando o comportamento do delinquente muito mais visível a um indivíduo que esteja a passar, a um residente ou a um agente de autoridade que esteja de patrulha (Crime Prevention Unit Municipal Center Virginia Beach, 2000:7).

Existem dois tipos de vigilância, a activa e a passiva. A activa é a levada a cabo pela Polícia ou por outros agentes cujas funções sejam de “policiar” a área. A passiva é a observação casual de áreas públicas e privadas, por utilizadores e residentes, no decurso das suas actividades normais. A vigilância passiva é, com frequência, referida como a presença de “olhos protectores” ou “olhos sobre a rua”. O alcance do contacto visual que as pessoas têm com o espaço, juntamente com a condição de estar visível para os outros, determina a medida em que se pode intervir e se os seu utilizadores se sentem seguros. Isto depende de uma série de factores que incluem: janelas, portas, distâncias entre edifícios, tamanho do espaço público, proporção e extensão de terrenos baldios, as condições do espaço e o tipo de utilização a que este é submetido. A vigilância é reforçada se existir uma boa visibilidade. O escuro, os becos e as galerias podem funcionar como abrigo para potenciais criminosos e aumentar o medo do crime sentido pelos utilizadores e residentes do espaço (CSIR, 1997).

A *territorialidade* é um sentimento de propriedade que pode ser reforçado quando os residentes se identificam com os espaços e quando a configuração do espaço é legível para eles.

Um dos elementos que define o espaço como vulnerável é o abandono. Um espaço sem uso e sem ninguém que se preocupe com ele tem geralmente como consequência a sua degradação por falta de controlo social (Salazar, 2007:199-200). O reforço territorial emprega elementos de *design*, tais como, calçadas, paisagens e varandas, que ajudam a distinguir as áreas públicas e privadas, e ajudam consequentemente os residentes e utilizadores a mostrarem sinais de propriedade. Este princípio sugere que o projecto físico pode criar ou ampliar uma esfera de influência territorial e fazer com que potenciais

infractores percebam essa influência. O reforço territorial fomenta, então, o sentimento de propriedade, isto é, as pessoas têm mais interesse em algo que lhes pertence, ou com que estão intrinsecamente envolvidos.

Logo, o ambiente deve ser projectado para delinear claramente espaços privados, reforçando os laços afectivos de forma a fomentar esse controlo social sobre o espaço (Crime Prevention Unit Municipal Center Virginia Beach, 2000:7). Reforçar o sentimento de territorialidade ou propriedade dos residentes sobre o seu espaço contribui para criar uma adequada utilização e manutenção deste. Desta forma, pode evitar-se que os espaços fiquem degradados e atraentes para actividades ilícitas (Salazar, 2007:199-200).

A *manutenção* do espaço, novo ou recuperado, é vital para que as estratégias de prevenção sejam sustentáveis. Esta manutenção pode ser feita através de programas municipais, em que as autoridades são incumbidas da limpeza do espaço, ou através da comunidade que se responsabiliza por essa limpeza. É importante incorporar a comunidade no processo de recuperação e de concepção do espaço, através de uma participação activa.

O ambiente construído tem a capacidade de influenciar a percepção sobre a imagem e o estigma de um bairro de habitação social. Esses bairros estigmatizados existem claramente por todo o mundo e a teoria da *Broken Windows* de Wilson e Kelling (1982) tem contribuído significativamente para se compreender a importância das questões da manutenção urbana. (Cozens, Hillier e Prescott, 2002:123). Os espaços onde são visíveis sinais de decadência, são notavelmente mais propícios ao crime, induzindo também mais medo. A existência de uma área dominada pelo abandono, independentemente da tipologia arquitectónica usada, é certamente um espaço “indefensível” (Cozens, Hillier e Prescott, 2002:133).

Segundo Crowe e Zahm (1994:23) existem três conjuntos de estratégias que fomentam o controlo de acessos, a vigilância e a definição de territórios:

1. *Estratégias naturais*: em que a protecção e segurança (*security and safety*) são fornecidas, por exemplo, pelo ordenamento do espaço, pela disposição de portas e janelas, pela inexistência de espaços abandonados e pela manutenção do espaço.
2. *Estratégias organizacionais*: em que os elementos policiais ou seguranças privados proporcionam uma vigilância e um controlo de acessos.
3. *Estratégias mecânicas*: em que os equipamentos de segurança (ex.: alarmes e CCTV) fornecem o controlo de acessos e a vigilância.

Com base no conjunto de estratégias naturais, Crowe sugere uma série de técnicas CPTED que podem ser aplicadas de forma a melhorar o controlo natural de acessos, a vigilância natural e a territorialidade (Crowe e Zahm, 1994:27; Crowe, 2000:126-127), entre as quais se destacam:

- Providenciar uma definição clara das fronteiras para controlar o espaço, ou seja, uma clara transição entre o espaço público e o privado. O objectivo é reforçar o sentimento de territorialidade, podendo ser conseguido através de demarcações físicas ou simbólicas.
- Estabelecer áreas de reunião em locais com vigilância natural, longe da vista de possíveis delinquentes, de modo a diminuir o efeito de atracção;
- Colocar actividades seguras em locais inseguros e actividades inseguras em locais seguros;
- Estabelecer barreiras naturais ao conflito entre actividades;
- Superar a distância e o isolamento através da melhoria das comunicações e de um ordenamento eficiente (exemplo: telefones de emergência, percursos pedestres);
- Melhorar a programação do espaço para estabelecer um controlo efectivo e critico da intensidade da utilização;
- Desenhar o espaço de forma a aumentar a percepção da vigilância natural.

Estas estratégias orientadas para o planeamento e para a manipulação do espaço são, frequentemente, complementadas ou aplicadas de forma combinada com técnicas dirigidas para o alvo<sup>22</sup>, isto é, com técnicas inerentes às estratégias voltadas para o alvo.

Segundo Clarke (1992), estas técnicas dirigidas para o alvo, que se destinam a aumentar o esforço e o risco de cometer o crime, e a reduzir as recompensas e as provocações para o potencial criminoso, podem ser resumidas da seguinte forma:

- Eliminação do alvo de onde possa ser potencialmente agredido;
- Modificação do alvo com o objectivo de o tornar menos atractivo para os potenciais delinquentes;
- Fortalecimento do alvo através de um reforço das suas características físicas e dotando-o de uma maior resistência perante a possibilidade de um ataque;

---

<sup>22</sup> Técnicas utilizadas na prevenção situacional, para mais detalhes consultar o artigo *Prevenção situacional na moderna criminologia*, de Paulo Valente Gomes, publicado na revista *Polícia* nº109, em Janeiro de 1998, pp. 25 – 28.

- Marcação do alvo que permite uma clara e eficaz identificação o que tornará mais difícil o seu uso e a sua comercialização num mercado ilegal;
- Proporcionar opções socialmente aceites para o uso de um determinado alvo, por exemplo, destinando certos locais para a realização de graffitiis.

Crowe, em 1999, propõem ainda uma estratégia de abordagem CPTED, a que ele chamou *Abordagem 3D*, devido às iniciais das suas principais ideias: Designação (*Designation*), Definição (*Definition*) e Desenho (*Design*) (Crowe, 1999:39).

Segundo este autor, os *3D's* são as três dimensões que se devem questionar para se poder proceder a uma avaliação do espaço, uma vez que, todo o espaço é designado para um propósito, é definido social, cultural, legal e fisicamente, de forma a estabelecer os comportamentos desejáveis e aceitáveis, e é desenhado ou concebido de forma a apoiar e controlar comportamentos desejados.

Posto isto, Crowe refere que para o espaço ser avaliado é necessário questionar a *Designação*, a *Definição* e o *Desenho* do espaço<sup>23</sup>.

## 2. CPTED voltado para a resolução do problema

A CPTED é um processo aplicado a nível contextual e local e as suas intervenções ambientais dependem da análise do tipo de espaço, do tipo de pessoas que o utilizam e do tipo de crime. Neste sentido, é importante analisar cuidadosamente cada situação antes de planear e decidir as possíveis intervenções. Cada espaço é um espaço.

Zahm (2007) defende que a resolução do problema específico através da CPTED implica uma série de medidas destinadas a responder a 4 questões:

1. Qual é o problema?
2. Porquê naquele espaço?
3. O que pode ser feito para resolver o problema?
4. Até que ponto as mudanças correspondem à resolução do problema?

Cada uma das questões representa uma fase do método SARA: Scanning (exploração), Analysis (análise), Response (resposta) e Assessment (avaliação).

SARA é um método utilizado para identificar e isolar os problemas de segurança e criminalidade, cujas siglas, formulada por John Eck e Bill Spelman, se referem às quatro fases supracitadas. Segundo estes autores, dividindo o projecto global nestas quatro fases

<sup>23</sup> Para mais detalhes consultar quadro1 no anexo B.



separadas, assegura-se que os passos necessários numa investigação são aplicados com uma sequência adequada. Zahm (2007), nos seus estudos, mostra como se pode resolver o problema específico de um espaço através da CPTED, recorrendo ao método SARA<sup>24</sup>.

Tanto no caso de novos projectos de construções, como em projectos de reabilitação é importante que, na fase de análise, seja feita uma avaliação do risco de ocorrência de crimes, proveniente do espaço físico. O risco é entendido como a antecipação das consequências decorrentes da materialização de um conjunto de ameaças, num determinado período de tempo, relativamente a um determinado alvo. Assim, a avaliação do risco do crime é uma avaliação sistemática da possibilidade de ocorrência de crimes num espaço específico. Esta avaliação fornece uma indicação tanto da provável magnitude do crime como do provável tipo de crime. A consideração destas dimensões, quantidade e tipo de crime, ajudarão na escolha e na combinação adequada das estratégias CPTED a aplicar.

### **3. Participantes no processo CPTED**

A CPTED é um processo que integra, ou deverá integrar, diversos participantes na tomada de decisão no que concerne à aplicação de estratégias adequadas a tornar ou criar um espaço seguro. Cada um dos participantes tem uma perspectiva e base única de conhecimento, e é a combinação desse conhecimento que torna a CPTED uma abordagem unificada e eficaz na eliminação ou redução de oportunidades para o crime, num espaço específico.

A experiência internacional mostra que, para alcançar bons resultados é necessária a formação de equipas multidisciplinares capazes de dialogar e trocar conhecimentos para a solução de problemas específicos. Essas equipas deverão ser constituídas por técnicos e especialistas: da arquitectura, do urbanismo, dos domínios da administração local (Câmara Municipal), das Forças de Segurança, das Autoridades de Protecção Civil, bem como pelas comunidades locais (empresas, instituições e cidadãos), apostando assim, segundo a Teresa Heitor<sup>25</sup>, na interdisciplinaridade dos seus membros.

É essencial que as Forças de Segurança locais estejam envolvidas nas iniciativas CPTED, pois estes são capazes de identificar os problemas relacionados com o espaço

---

<sup>24</sup> Para mais detalhes consultar quadro 2 no anexo B.

<sup>25</sup> Conforme a Arquitecta Teresa Heitor, Professora associada do curso de arquitectura e urbanismo do Instituto Superior Técnico de Lisboa e pesquisadora do Instituto de Engenharia de Estruturas, Território e Construção, em entrevista a 06 de Dezembro de 2009. Para mais detalhes consultar entrevista 1, anexo H.

construído e sabem onde ocorrem os diferentes tipos de crime. Na opinião de todos os entrevistados<sup>26</sup>, a Polícia devia participar activamente, muito mais em termos de grupos de trabalho do que propriamente de parecer isolado. Mas, segundo o José Charters Monteiro<sup>27</sup>, “uma coisa muito difícil é de facto trabalhar em equipa e ouvirem-se uns aos outros”.

Os utilizadores do espaço têm também um papel importante, principalmente ao nível da reestruturação do espaço, pois são pessoas, geralmente, conscientes do tipo de problemas vividos na área onde residem ou trabalham. Segundo o António Baptista Coelho<sup>28</sup>, “em acções de requalificação é o primeiro passo, o passo básico! Nada é possível sem um início e uma fundação de cooperação com os moradores, associações de moradores e associações que lá funcionem. Isto é a base. Se não, não é possível nem em termos práticos, nem em termos éticos”.

Contudo, para que possa existir um trabalho conjunto entre os vários participantes na aplicação de estratégias CPTED, é absolutamente necessário, como referem todos os entrevistados<sup>29</sup>, existir uma formação nesse âmbito. A formação ao nível da CPTED<sup>30</sup> deverá estar presente nos currículos de todos os profissionais, principalmente dos arquitectos, urbanistas, projectistas e elementos policiais, bem como nos programas de formação relacionados com o planeamento, concepção e manutenção, facto que não se verifica nas escolas de arquitectura portuguesas, nem no ISCPSI.

Segundo Teresa Heitor<sup>31</sup>, “na generalidade das escolas de arquitectura nacionais não são abordadas estas questões de forma sistematizada e integrada no ensino do projecto. Estas questões surgem abordadas em trabalhos de investigação, de acesso restrito, em regra desenvolvidos na área do urbanismo, geografia e sociologia urbana. O tema também não é alvo de cursos de formação profissional destinados a arquitectos, a Ordem dos Arquitectos na formação disponibilizada aos seus membros não tem nenhum módulo sobre estes temas”.

---

<sup>26</sup> Para mais detalhes consultar entrevistas no anexo H

<sup>27</sup> Conforme o Arquitecto José Charters Monteiro, Coordenador do Projecto do Bairro da Bela Vista, em entrevista a 17 de Dezembro de 2009. Para mais detalhes consultar entrevista 3, anexo H.

<sup>28</sup> Conforme o Arquitecto António Baptista Coelho, responsável pelo Núcleo de Arquitectura e Urbanismo do LNEC, em entrevista a 17 de Dezembro de 2009. Para mais detalhes consultar entrevista 2, anexo H.

<sup>29</sup> Conforme entrevistas no anexo H.

<sup>30</sup> Para mais detalhes consultar o site: <http://www.cpted.cl>, onde se encontra disponível informação acerca de cursos CPETD e-learning.

<sup>31</sup> Conforme entrevista 1 no anexo H.

José Charters Monteiro e António Baptista Coelho, à semelhança de Teresa Heitor, dizem também não conhecer nenhum curso de arquitectura onde essa matéria seja dada.

No que diz respeito à formação dos Oficiais de Polícia, Bastos Leitão<sup>32</sup> diz que “o ISCPSI deveria dar formação aos Oficiais em coisas que são básicas em matéria de prevenção policial, e o urbanismo é uma das matérias mais importantes para uma polícia urbana”, afirmando ainda, que “o poder dar um parecer é um crédito que se dá a uma força policial e que ela sabe ganhar, a questão é se a PSP o sabe ganhar” porque nem todos os Oficiais, num determinado momento em que sejam chamados pelo Presidente de Câmara, têm conhecimentos de prevenção e de urbanismo, para dar um parecer.

Neste sentido, é imperioso que as entidades que tomam decisões locais se familiarizem com a CPTED, para que as suas decisões não ignorem os princípios de uma concepção adequada. Embora os princípios CPTED possam parecer simples, a sua implementação requer a orientação de especialistas formados na área. Em alguns Países, a Polícia tem um papel fundamental neste sentido, realizando cursos para os responsáveis pela concepção e planeamento urbano, actuando como um órgão técnico responsável pela intervenção CPTED ou como um componente fundamental no âmbito de equipas multidisciplinares. Este facto não se verifica em Portugal, pois, segundo Bastos Leitão, “no sul da Europa (ex.: Itália, Grécia, Espanha e Portugal), durante muito tempo, as forças policíacas foram a mão opressora que o Estado tinha para garantir uma determinada situação política, todos estes Países tiveram ditaduras fortíssimas, em que se optou por olhar para a Polícia como uma força bruta sem qualquer capacidade intelectual e que apenas serve para garantir aquilo que o Estado quer ver aplicado em termos sociais, portanto a legitimidade que a Polícia tem nesse tipo de fórum é muito reduzida, não quer dizer que não se esteja a começar a crescer”.

Contudo, embora a participação da Polícia não esteja juridicamente prevista, quer ao nível da formação, quer ao nível de projectos, entende-se que essa lacuna não é impeditiva para a actuação prévia ou a montante das forças de segurança. Tal como refere o Subintendente Manuel Valente, “se olharmos para a legislação urbanística verificamos que a aprovação de qualquer projecto urbanístico não carece de uma intervenção *a priori* da polícia na sua função de vigilância a montante da existência de elementos físicos naturais ou construídos pelo homem que afectem ou possam lesar ou colocar em perigo de lesão

---

<sup>32</sup> Conforme o Intendente Bastos Leitão, Comandante do Comando de Setúbal, em entrevista a 12 de Março de 2010. Para mais detalhes consultar entrevista 5, anexo H.

bens jurídicos pessoais ou supraindividuais ou interesses particulares legítimos e protegidos, cuja tutela em primeira linha cabe à polícia [mas] a polícia não pode ser excluída de uma decisão que vai imbricar com a sua actividade diária e com os direitos dos cidadãos a um espaço dotado de segurança (Valente, 2007:128), [portanto] deve actuar segundo o sentido e o alcance do comando constitucional do art.272º da CRP, tendo em conta o 18º da CRP, em vez de esperar que uma lei infraconstitucional lhe dê competência para actuar” (Valente, 2007:135).

Ou seja, à Polícia cabe respeitar, defender e garantir os preceitos constitucionais referentes aos direitos dos cidadãos, sejam eles fundamentais, pessoais, sociais, culturais, económicos ou políticos, tal como vem previsto no art. 18º e 272º da CRP. Neste sentido, deverá participar a montante de projectos urbanísticos e não apenas a jusante, como garante de uma segurança que devia ser pensada aquando da concepção do espaço urbano. Isto é, a segurança é uma valência importante que não cabe só às Forças de Segurança garantir através do policiamento das ruas, passa também pela manipulação do espaço para que as condições de risco sejam claramente menores, e ninguém melhor que as Forças de Segurança para indicar que manipulações deverão ser feitas no espaço específico que controla diariamente. Logo, defende-se que embora a participação das Forças de Segurança não esteja prevista na legislação urbanística, estas têm o direito e o dever de actuar neste âmbito como uma mais-valia para a prevenção criminal e para a segurança urbana.

Para esta participação é imperioso que exista uma formação, que se estende a todos os “actores” que tenham alguma coisa a ver com a concepção e com manutenção posterior do espaço. Neste sentido, à semelhança de outros Países, em Portugal a Polícia poderia ter um papel activo em conjunto com a ordem dos arquitectos, desenvolvendo acções de formação ligadas aos temas “Segurança Urbana” e “Prevenção Criminal através da arquitectura e do urbanismo”. Estas acções de formação poderiam ter lugar no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI) e serem dirigidas especialmente às entidades envolvidas em equipas de projecto. Segundo o António Baptista Coelho<sup>33</sup>, “como os arquitectos não se municiam, o ISCPSI devia municiar-se em termos de matérias deste âmbito dadas no Curso de Formação de Oficiais de Polícia (CFOP) e depois apostar nos cursos para as equipas. Ou ainda seminários onde convidassem arquitectos e outros especialistas da área”.

---

<sup>33</sup> Conforme entrevista 2 no anexo H.

Outro aspecto importante é a criação de um guia<sup>34</sup> para o planeamento e concepção de espaços urbanos seguros composto por princípios orientadores gerais, capazes de se adaptar ao espaço específico, de forma a planear e construir ambientes urbanos seguros. Tais princípios orientadores poderão ser utilizados para novos desenvolvimentos urbanos, mas também em projectos de reconversão urbana. Na opinião de António Baptista Coelho<sup>35</sup>, “era preciso haver passagem de informação, neste âmbito, com aspectos mais especializados, para o técnico poder utilizar aquilo de uma forma mais natural. [O problema é que] é a criatividade que marca, é a imaginação que interessa, é de certa forma o seguir os grandes mestres que interessa, isso é que é a arquitectura, de certa forma é a arte, que também o é! Portanto tudo o que aparece de matérias que podem ajudar a conformar soluções urbanas, com critérios de segurança, durabilidade, amigabilidade, apropriação, escala humana são levados com pouca credibilidade, pois o que interessa é o desenho. Para a pessoa conseguir ser arquitecto a sério, precisa se dedicar aos aspectos formais, e para se dedicar aos aspectos formais de certa forma tem de se abstrair de uma série de outras matérias. Se não, os aspectos formais ficam deformados. [No entanto] era muito importante ter nas nossas escolas de arquitectura, arquitectos ou pessoas de grande afinidade com a arquitectura que possam fazer passar essa forma de pensar, esses aspectos qualitativos, entre os quais as questões de segurança e da insegurança urbana, numa fase inicial da formação e de uma forma muito vincada. Isto é extremamente importante, para as pessoas ficarem, numa fase em que estão a iniciar a formação, cientes destes aspectos fundamentais e básicos. Mas isso infelizmente não acontece”.

Segundo Teresa Heitor<sup>36</sup>, “a generalidade dos arquitectos tem preocupações com a segurança, não obstante o frequente desconhecimento sobre as medidas a adoptar. São escassas as informações técnicas relativas a estas questões disponibilizadas, a promotores e projectistas, pelos municípios no âmbito de planos de pormenor e de operações de loteamento. A disponibilização de informação técnica para apoio aos projectistas é sempre desejável, no entanto um guião ou manual de projecto deve rejeitar uma abordagem baseada num “projecto-tipo” e portanto ser desenvolvido com base em propostas/recomendações para os projectistas adaptarem à situação em causa. A par do

---

<sup>34</sup> Consultar a proposta de uma guia de trabalho para o planeamento e concepção de espaços urbanos seguros, elaborada pelo Departamento Executivo Municipal da Província de Santa Fé, em 4 Maio de 2004 (tradução da responsabilidade do autor), no anexo C.

<sup>35</sup> Conforme entrevista 2 no anexo H.

<sup>36</sup> Conforme entrevista 1 no anexo H.

guião ou manual de projecto, seria útil o desenvolvimento de “checklists”<sup>37</sup> para verificação em fase de projecto das condições de vulnerabilidade espacial em termos de Segurança Urbana e Prevenção Criminal.”

No que diz respeito à legislação urbanística, em consonância com o pensamento internacional, entende-se que esta deverá ser voltada, também, para a segurança urbana e para a prevenção, principalmente, a nível local. O crime deve ser tratado através de intervenções locais baseadas na compreensão das condições locais onde os crimes ocorrem. Teresa Heitor<sup>38</sup> salienta que “na actual legislação relativa a edificação urbana, as questões de segurança urbana e prevenção criminal são abordadas de forma demasiado generalista”<sup>39</sup>.

#### 4. CPTED a nível mundial

A CPTED começa a ser vista, por muitos, como um conjunto de estratégias inovadoras e úteis na redução do crime (Cozens e al., 2002:122. In Cisneros, 1995:1). Diversos países têm adoptado estas estratégias de prevenção criminal criando programas capazes de identificar as condições sociais e físicas que contribuem para o aumento da criminalidade, no sentido de desenvolver acções capazes de modificar as ditas condições. Em muitos casos, como por exemplo na Europa, a CPTED é conhecida por Designing Out Crime<sup>40</sup> (DOC) ou Designing Against Crime<sup>41</sup> (DAC).

As principais tendências de aplicação da CPTED provêm dos Estados Unidos e da Inglaterra, mas ao longo dos anos o êxito destas iniciativas começou a propagar-se por diversos países, tais como: Canadá, Holanda, Austrália, Brasil e Chile.

Seguidamente pretende-se fazer uma pequena abordagem da aplicação de estratégias da CPTED em alguns países e mostrar o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido no âmbito da prevenção criminal através do ordenamento e da manipulação do espaço.

---

<sup>37</sup> Consultar a checklist produzida no âmbito da abordagem ao Bairro Amarelo da Bela Vista, em Janeiro de 2010 (produção da responsabilidade do autor), no anexo C.

<sup>38</sup> Consultar entrevista 1 no anexo H.

<sup>39</sup> A Lei nº48/98, de 11 de Agosto, que estabelece as bases políticas de ordenamento do território e de urbanismo, “apesar de fazer referência a conceitos gerais como a qualidade de vida, o princípio da ponderação entre interesses público e privado, bem como à prevenção de catástrofes de origem natural ou humana, a realidade dos subúrbios fala por si, sendo urgente acautelar, no seu ordenamento futuro, preocupações de segurança pública e de prevenção das incivildades e da criminalidade, concorrendo, todas elas, para melhorar os níveis de qualidade de vida das populações urbanas” (Gomes, 2007:75).

<sup>40</sup> Esta denominação surge com Clarke e Mayhew em 1980.

<sup>41</sup> Esta denominação surge com Davey em 2005.

As distintas intervenções promovidas ao nível do espaço, que iremos abordar, mostram que é fulcral compreender a particularidade da experiência local e do espaço urbano específico que se pretende manipular e que é de vital importância a capacidade técnica das equipas que levam a cabo os processos de aplicação das várias estratégias CPETD, bem como a inclusão da comunidade enquanto elemento transversal a todo o processo.

#### **4.1 Estados Unidos da América<sup>42</sup>**

A experiência da abordagem CPETD Americana, baseada no legado de Jacobs e Newman, focalizou-se na solução de problemas particulares a partir de uma intervenção conjunta, por parte de uma suma de actores importantes para a problemática da segurança em meios urbanos, tais como, a Polícia, o Governo, os Arquitectos, os Projectistas, os Urbanistas e até mesmo a Comunidade. Este trabalho em equipa permitiu implementar projectos baseados na confiança e na articulação de esforços, aumentando a eficácia do controlo e da resolução de problemas criminais e securitários (Salazar, 2007:201-202).

Em geral, as principais áreas de intervenção da CPTED, nos Estados Unidos, correspondem à inclusão da concepção e manutenção do espaço, do desenvolvimento de processos de revisão do ordenamento local e de renovação urbana e do embelezamento da cidade através da revitalização dos espaços público, nas leis de construção e nos planos urbanísticos. (Hein e Rau, 2003).

#### **4.2 Canadá<sup>43</sup>**

Outro caso interessante é a experiência Canadiana, que tem acumulado conhecimentos e metodologias em matéria de prevenção criminal através da concepção e ordenamento do espaço (Salazar, 2007:202).

As estratégias CPTED têm sido implementadas, principalmente, pelos diversos departamentos policiais e pelos municípios deste País, sendo de destacar a capacidade inter-institucional existente, que permite convocar e coordenar as diversas entidades que trabalham em torno desta temática, na hora da tomada de decisão.

---

<sup>42</sup> Conforme a informação disponível em <http://www.safecascadia.org/> , consultada a 12 de Dezembro de 2009.

<sup>43</sup> Conforme a informação disponível em <http://www.cptedontario.ca/>, consultada a 12 de Dezembro de 2009.

Um dos principais programas na linha da CPTED é o *Safe Cities*, que está integrado numa série de políticas de segurança, lideradas pelo Município de Toronto. Este programa aponta para a promoção de mecanismos e instâncias de cooperação entre as várias entidades envolvidas no combate ao fenómeno da violência e do crime, entre as quais se podem destacar: o Governo Central, o Governo Local, a Polícia e a Comunidade, todas com uma participação activa no desenvolvimento de projectos à escala humana e focalizadas para a resolução de necessidades locais.

São objecto das intervenções CPTED diversos tipos de estruturas urbanas, dentro das quais se destacam: as ruas, os bairros, os parques, os transportes, e o comércio/indústria.

### 4.3 Europa: Reino Unido<sup>44</sup> e Holanda<sup>45</sup>

Na Europa, o Reino Unido e a Holanda são bons exemplos da aplicação do desenho urbano na prevenção criminal (Salazar, 2007:202-203).

No caso do Reino Unido, em 1989, a polícia Britânica apresentou um projecto designado por *Secured by design*<sup>46</sup>, que actualmente funciona na maioria das polícias de Inglaterra e Gales. Os corpos de polícia britânicos formaram especialistas, conhecidos como *Architectural Liaison Officers*, cujas funções se podem encontrar num manual publicado pela Home Office, em 1997. Neste manual a Polícia reconhece que o espaço físico pode ter influência significativa no comportamento criminal, uma vez que, o crime se apoia na oportunidade, no anonimato, no acesso fácil e nas vias rápidas de acesso (Szczecin, 2000:62).

O *Secured by design* é um processo de certificação, cujo principal objectivo é dar normatividade à planificação residencial que permita assegurar um espaço com qualidade e segurança. O processo consiste em identificar e modificar os elementos avaliados por um potencial agressor que influenciem na decisão de cometer um crime, combinando elementos situacionais e arquitectónicos, para que desse modo se possa evitar o cometimento de crimes e a percepção do medo. A entidade responsável pela realização deste processo e pela posterior certificação é a Polícia. São objecto de certificação todas as

---

<sup>44</sup> Conforme a informação disponível em <http://www.designagainstcrime.com/index.php>, consultada a 12 de Dezembro de 2009.

<sup>45</sup> Conforme a informação disponível em <http://www.stichtingvob.nl/>, consultada a 12 de Dezembro de 2009.

<sup>46</sup> Conforme a informação disponível em <http://www.securedbydesign.com>, consultado a 12 de Dezembro de 2009.



novas construções ou reconstruções de espaços, os estacionamento, as estações de comboios, as zonas habitacionais, as áreas de lazer, os bairros e os edifícios em geral. A certificação é feita com base na observação relacionada com os acessos públicos, a vigilância natural e o desenho das vias públicas.

Na Holanda foi implementado o programa *Police Label for safe housing*, que tem como fim reduzir a delinquência e a percepção do medo através da implementação de uma certificação conferida, como base na ideia de que um espaço deve conter padrões de segurança pertinentes. Como tal, existe uma série de critérios, à escala micro e macro-urbana, relacionados com a planificação de espaços comuns, os planos de edificação, as estruturas específicas no ambiente residencial (ex.: estacionamento, paragens de transportes públicos, espaços de lazer), a participação e responsabilização dos residentes (principalmente ao nível da manutenção), e com a concepção arquitectónica. A certificação é emitida se o projecto cumprir com os requisitos de avaliação exigidos.

#### **4.4 América Latina<sup>47</sup>: Brasil, Chile, El Salvador e Honduras**

Na América Latina também se desenvolveram projectos e experiências de intervenção nos espaços públicos com base em estratégias CPTED. As iniciativas registaram-se em países, tais como: Brasil, Chile, El Salvador e Honduras (Salazar, 2007:203-204).

Algumas aplicações CPTED no Brasil foram projectos desenvolvidos, pelo Banco Mundial nos Municípios de Olinda e Recife, no âmbito da formação de funcionários municipais ao nível da aplicabilidade das estratégias CPTED em zonas de maior risco criminal, focalizando-se a actuação para as favelas. Neste sentido, o desafio era tornar plausível a aplicação da CPTED num contexto com elevada precariedade, de extremas carências humanas e urbanas, onde os obstáculos eram significativos.

No Chile, a partir do ano 2000, começou-se a aplicar as estratégias CPTED de forma experimental, em diversos municípios da cidade de Santiago, onde a tónica era o seu carácter periférico e a elevada concentração de população em situação de pobreza. Depois de analisadas áreas vulneráveis, conclui-se que a resolução do problema local passa pelo aumento da vigilância natural, o fortalecimento dos alvos através do mobiliário urbano e a utilização permanente do espaço que gera um controlo e uma vigilância natural.

---

<sup>47</sup> Conforme a informação disponível em <http://www.cpted.cl/>, consultada a 9 de Dezembro de 2009.

As iniciativas levadas a cabo pela América Central, mais especificamente nos casos das Honduras e de El Salvador, são bastante recentes e têm um carácter municipal.

Em El Salvador desenvolveu-se, inicialmente, estratégias focalizada para os transportes públicos. Actualmente existem estratégias de prevenção da violência e do crime centradas no planeamento, na concepção e na reabilitação de espaços urbanos, principalmente na cidade de San Salvador. A zona metropolitana de San Salvador possui indicadores de vitimização e um sentimento de insegurança bastante elevados, que se radicalizam em espaços públicos específicos, tais como, parques e praças da cidade, devido à ausência de uso e à deteriorização a que estão submetidos. As principais políticas levadas a cabo pelo Governo assentam na recuperação de espaços públicos, na elaboração de planos de ordenamento e de uso do espaço, e numa actualização das normas urbanas que estão obsoletas (Romero e Sánches, 2004. In Salazar, 2007:204).

Nas Honduras elaborou-se um diagnóstico experimental na Colónia Kennedy e os resultados mostraram uma clara tendência de defesa do espaço privado em detrimento do espaço público, por causa das carências urbanas e das infra-estruturas da área.

### **Conclusão capitular**

Depois do exposto no presente capítulo verifica-se que o conceito CPTED assenta na ideia de que através da concepção, utilização e manutenção se poderá reduzir as oportunidades para a ocorrência de crimes e, conseqüentemente, mitigar o sentimento de insegurança. Com base em quatro princípios (controlo natural de acessos, vigilância natural, territorialidade e manutenção) as estratégias CPTED deverão ser voltadas para o espaço específico que se pretende manipular, tendo em conta o problema criminal, secutário e social do mesmo. Não existindo, portanto, um conjunto pré-definido e generalistas de estratégias a aplicar. Caberá a uma equipa multidisciplinar, que inclua “actores” do poder local, da segurança, da arquitectura e do urbanismo, analisar e decidir quais as melhores estratégias a aplicar ao espaço, com vista a solucionar o problema específico.

Contudo, verifica-se que, em Portugal, existe uma lacuna na formação académica de arquitectos e de polícias, uma vez que nem as Universidades de Arquitectura, nem o ISCPSI ministram aos seus formandos disciplinas na área do urbanismo e da segurança.

Salienta-se, que ao nível da legislação urbanística é possível encontrar também uma lacuna, ao não acautelar preocupações com a segurança pública e com a prevenção criminal, deixando também de parte a actuação da Polícia a montante da concepção dos espaços urbanos.

Conclui-se, ainda, que se afigura necessário a criação de um guia de planeamento e concepção com directrizes gerais, adaptáveis ao espaço específico, a fim de orientar e balizar o trabalho a desenvolver pelas diferentes equipas multidisciplinares, a nível local.

No capítulo seguinte, com base na matriz teórica traçada no capítulo I e na matriz prática traçada no capítulo II, irá ser feita uma abordagem no Bairro Amarelo da Bela Vista com o propósito de verificar a aplicabilidade do conceito CPTED (2ª geração), naquele espaço, e o contributo das suas estratégias na resolução do problema securitário e criminal, do mesmo.

## Capítulo III

### Abordagem ao Bairro Amarelo da Bela Vista

#### 1. Contextualização e localização

##### 1.1 Génese do Plano Integrado de Setúbal

O conjunto de habitações do Bairro da Bela Vista, imaginado ainda antes do 25 de Abril de 1974, foi um grande conjunto promovido pelo Estado e integrado no IV Plano de Fomento<sup>48</sup>.

Antes da revolução de 74, no Governo de Marcelo Caetano, a cidade de Setúbal foi definida como uma área carecida de um planeamento que satisfizesse a necessidade de alojamento para os operários e respectivos familiares que se encontravam empregados nas indústrias ali existentes. Estas indústrias instalaram-se em Setúbal após a recessão do período de 1930-1950 e originaram um grande movimento migratório que veio, posteriormente, acentuar a precariedade habitacional do concelho (Relatório sintético da unidade territorial - Bairro da Bela Vista, 2007).

Esta questão da precariedade habitacional foi abordada no IV Plano de Fomento, onde existia o propósito de reforçar as actividades industriais, com o cuidado de prever a habitação para a população operária que se ia instalar em Setúbal, ou daqueles que já viviam em Setúbal mas careciam de melhores condições habitacionais.

Deste modo, estabeleceu-se um programa de desenvolvimento urbano e, ao Fundo de Fomento da Habitação (FFH)<sup>49</sup> coube a implementação de estudos e projectos, com o objectivo de detectar e individuar uma área, na qual se pudesse fazer uma operação de urbanização que atendessem às necessidades de alojamento supracitadas.

Entre 1971 e 1974 foi elaborado um trabalho conduzido pelo Arquitecto José Semide, que delimitou de uma forma bastante precisa a área em questão.

---

<sup>48</sup> Conforme o Arquitecto José Charters Monteiro, na entrevista 5, anexo H.

<sup>49</sup> Organismo da Administração Central para a promoção de habitação social e participada, fundado em 1969 por Marcelo Caetano.

Essa área, para além de englobar a Bela Vista, ia até ao Vale da Rosa (junto da

Imagem 1: Área da Bela Vista antes de serem  
construídos os edifícios do bairro



Fonte: Arquitecto José Charters Monteiro,  
Coordenador do projecto do Bairro da Bela Vista.

estrada para o Alentejo) e até à Herdade de Santas (junto à Fábrica Movauto). Segundo José Charters Monteiro, esta área foi individuada, com um conjunto de parâmetros e princípios assentes em fazer crescer a cidade já existente na sua continuidade, isto é, juntar à cidade existente tudo aquilo que se ia construir de novo, de forma a não se criar uma periferia desligada, com terreno vago pelo meio. O plano para

esta área era particularmente cuidadoso, fazia uma análise topográfica do terreno e atendia à vocação natural do solo, isto é, todas as zonas de crista e fosto eram as susceptíveis de serem urbanizadas, e as zonas baixas e de encosta eram mantidas como áreas de uso agrícola.

Em 1973, o FFH procede ao estudo geral da área, estabelece os critérios de ocupação e define o modelo de intervenção como sendo o de um plano integrado. Um plano que satisfizesse (em infra-estruturas, serviços e equipamentos) uma população estável e que, até aí residia dentro e fora do concelho em condições precárias e degradantes.<sup>50</sup> Surge, então, o Plano Integrado de Setúbal (PIS), onde a habitação se inscreve no desígnio mais geral de uma nova área urbana.

A seguir ao 25 de Abril de 1974, emergiu um forte movimento em torno das carências de habitação (estimava-se uma necessidade de 700 mil a 1 milhão de fogos), e a Setúbal coube satisfazer essa necessidade, já então manifestada de uma forma organizada pela população operária. Esta manifestação pressionou a Administração Central para desencadear acções na área da habitação dita social ou económica, que pudesse ser acessível a essa população mediante arrendamento. Os destinatários eram, então e de início, os trabalhadores das indústrias de Setúbal.

Por parte da Administração Central havia, também, a predisposição para atender a estas necessidades e iniciaram-se, ou continuaram-se de forma mais acelerada, os estudos

<sup>50</sup> Conforme o Memorando de José Charters Monteiro, de Março de 2005

que tinham sido iniciados, em 1974, pelo Arquitecto José Semide. Neste sentido, foi formado um grupo pluridisciplinar no FFH, onde estava integrado o Arquitecto José Charters Monteiro como coordenador do grupo, e segundo este arquitecto, o grupo era composto por arquitectos, engenheiros, desenhadores, topógrafos, geógrafos, sociólogos e economistas. O FFH tinha portanto um funcionamento multifacetado, que integrava as várias disciplinas interessadas nos fenómenos urbanos ou habitacionais, excepto as de segurança e prevenção, uma vez que a polícia não teve uma participação activa neste processo.

Os trabalhos iniciaram-se com base na delimitação da área prevista no PIS e foi delimitada, numa primeira fase, a área que correspondia à da Bela Vista para construção de 3000 mil fogos de promoção directa, cabendo ao Estado desenvolver esse plano habitacional.

Por volta de 1975/76, começou-se a desenvolver uma primeira fase de infra-estruturas, na área da Bela Vista, e ao fim de um ano e meio deu-se o lançamento de um edifício, por concurso público. Foi um processo extremamente rápido, o que não era normal até à data. Segundo José Charters Monteiro, começou-se da forma certa, primeiro as infra-estruturas e só depois os edifícios quando as infra-estruturas já estavam preparadas para receber construção.

Os destinatários daquele conjunto de habitações, que eram, inicialmente, os operários das grandes unidades industriais de Setúbal, organizaram-se entretanto em cooperativas, algumas delas localizadas em terrenos disponibilizados pelo PIS. O Bairro da Bela Vista veio, então, a receber, sem prévia organização ou preparação para se integrar na nova situação urbana, outra população, que se encontrava localizada numa grande diversidade de bairros de lata do próprio concelho. Era uma população sem emprego ou precariamente ocupada e muito heterogénea quanto a origem geográfica, cultural, étnica e religiosa.

O PIS passa a ser menos vocacionado para a população operária que já se encontrava organizada e fica mais predisposto a receber grupos e famílias dos bairros ditos degradados, até porque, existia uma pressão muito grande por partes das populações carenciadas sobre a zona da Bela Vista, por existir ali uma maior capacidade de oferta de habitações pagas pelo Estado.

Acresce a este facto, a vinda dos “retornados”, isto é, dos portugueses vindos das ex-

Imagem 2: Construção do Bairro Amarelo da Bela Vista



Fonte: Arquitecto José Charters Monteiro, Coordenador do projecto do Bairro da Bela Vista

colónias, que também foram alojados na Bela Vista, com base no programa da Comissão de Alojamento de Retornados (CAR). Tudo isto gerou a necessidade de alojar depressa e de forma barata, mas com dignidade.

Importa referir que, segundo o Arquitecto José Charters Monteiro, as permanentes inflexões de

políticas, em particular as de habitação, e restrições financeiras, impossibilitaram a dotar o Bairro da Bela Vista em equipamentos, como inicialmente se tinha programado.

Em 1982 o FFH é extinto e mais tarde, em 1987, é criado o Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE), que passa a administrar o Bairro da Bela Vista até 1994, altura em que essa administração passa a ser da competência da Câmara Municipal de Setúbal.

## 1.2 Unidades habitacionais da Bela Vista

A área da Bela Vista é um aglomerado residencial que engloba três conjuntos habitacionais distintos e construídos em anos diferentes.

Estes conjuntos habitacionais são bairros sociais denominados por: Bairro Azul (Forte da Bela Vista), Bairro Cor-de-Rosa (Alameda das Palmeiras) e Bairro Amarelo (Bairro da Bela Vista).

O Bairro Azul foi construído pelo FFH, entre 1980 e 1989, e é constituído por seis blocos com dois lotes cada, perfazendo um total de 12 lotes com 167 fogos. Os blocos são separados por ruas estreitas e ocupados por cerca de 654 habitantes. Dos três bairros, este é o mais degradado quer do ponto de vista físico, como do social (Relatório sintético da unidade territorial - Bairro da Bela Vista, 2007).

O Bairro Cor-de-Rosa foi construído em duas fases distintas, a primeira, em 1992, resultou da promoção directa de habitação pela Câmara Municipal de Setúbal e a segunda

ocorreu no âmbito do PER, em 2001. No total, este Bairro é composto por 252 fogos onde habitam 827 habitantes. É um conjunto habitacional constituído por blocos de cinco lotes cada, em ambos os lados da Alameda, e é considerado o melhor dos três bairros por ser o mais amplo, leve, aberto e funcional (Relatório sintético da unidade territorial - Bairro da Bela Vista, 2007).

O Bairro Amarelo foi construído entre 1976 e 1989, pelo FFH, tendo sido o primeiro a ser edificado. É composto por vários blocos de quatro andares, com um total de 837 fogos que supostamente albergam 2.941 habitantes, no entanto a Câmara Municipal Setúbal estima que habitem cerca de 7000 pessoas, sendo difícil comprovar o número real uma vez que grande parte das pessoas não se encontram recenseada e muitos fogos chegam a albergar mais de 15 pessoas (Relatório sintético da unidade territorial - Bairro da Bela Vista; 2007). Este Bairro, no qual irá incidir a nossa abordagem, é claramente o maior dos três conjuntos habitacionais.

## **2. Caracterização sócio-demográfica da população do Bairro Amarelo**

Na década de 70, o Bairro Amarelo serviu de residência a uma população assalariada e a quadros de empresas privadas e públicas, mas, com o tempo estes foram abandonando o Bairro devido ao processo de realojamento, na década de 80, de populações insolventes provenientes de situações precárias (bairros degradados de Setúbal). É de salientar que este processo de realojamento ocorreu sem uma “prévia organização ou preparação para integrar este tipo de população numa nova situação urbana” (Nogueira, 2007:31).

Muitos dos fogos são de habitação social, contudo, existem alguns fogos que são propriedade própria, comprados ainda que em alguns casos por um custo reduzido.

A população que hoje habita no Bairro é constituída por “migrantes internos” e “imigrantes pertencentes a grupos étnicos minoritários”, cujas famílias são na sua maioria desintegradas a nível sócio-económico e urbano (Pimenta, 1997:31).

A heterogeneidade étnico - cultural está bem patente, neste Bairro, e é um factor de conflito interno, uma vez que as famílias apresentam diferentes proveniências, culturas, modos de vida e por conseguinte diferentes modos de apropriação e utilização do espaço. A população branca é a maioritária (cerca de 70%), existindo ainda população africana



(cerca de 20%), população cigana (menos que 10%) e, por último, população asiática (menos de 5%) com pouca representatividade (Nogueira, 2007:36).

A população do Bairro Amarelo é bastante jovem, sendo a faixa etária mais representada a dos 0 aos 24 anos (cerca de 40%), seguidamente a dos adultos entre os 45 aos 54 anos (cerca de 15%). A População idosa com mais de 65 anos (cerca 10%) é a menos representativa (Relatório sintético da unidade territorial Bairro da Bela Vista, 2007).

Ao nível das habilitações literárias concluímos que estas são baixas e tendem a ser um factor caracterizador desta população, cujas implicações são negativas principalmente no domínio da inserção económica e da participação social, o que leva a um risco acrescido de exclusão social e económica. Prova disso é a incidência elevada do desemprego e a precariedade do emprego existente.

A maioria da população possui apenas o 1º ou 2º ciclo de ensino básico (cerca de 40 a 50 % da população), sendo de referir o facto de existirem pessoas sem qualquer grau de ensino mas que sabem ler, e ainda pessoas analfabetas (cerca de 15%). Embora os analfabetos sejam maioritariamente idosos com mais 65 anos, existem jovens com idades até aos 24 anos analfabetos (cerca de 6%), sendo de notar que entre os 15 e os 34 anos o mais normal é possuírem o 2º e 3º ciclo de ensino básico (Relatório sintético da unidade territorial Bairro da Bela Vista, 2007).

No que diz respeito à fonte de rendimento, grande parte da população trabalha, ainda que em trabalhos precários e instáveis (cerca de 30%), sendo de referir que até aos 24 anos os jovens tendem a viver a cargo da família (Nogueira, 2007:39).

Quanto à percepção que os moradores têm do Bairro, a maioria diz gostar muito de viver no Bairro (cerca de 40%), no entanto, existe uma percentagem significativa de moradores que dizem não gostar ou mesmo detestar o Bairro (cerca de 35%). Os pontos negativos do Bairro mais apontados pelos moradores são o excesso de lixo, o excesso de barulho, os desacatos e as brigas, o álcool e a droga, bem como a insegurança ali sentida. No entanto, os moradores gostam da vizinhança e dizem sentir-se bem e estarem habituados ao lugar onde moram (Nogueira, 2007:159-162).<sup>51</sup>

Para apoiar os residentes, existem algumas instituições sociais no Bairro Amarelo, no entanto, Bastos Leitão<sup>52</sup> refere que, “Cada um trabalha para o seu lado, não existe uma coordenação entre o trabalho das várias instituições. A PSP faz o seu trabalho, a Cáritas e a associação africana fazem o seu, e ninguém trabalha em conjunto. O que existe ali

<sup>51</sup> Para mais detalhes consultar quadro 3, anexo F.

<sup>52</sup> Conforme entrevista 5, no anexo H.

naquelas famílias é a transferência da violência de geração para geração, sem nunca ninguém tentar quebrar esse ciclo. Preocupam-se antes em dar o rendimento social (RSI), ou um saco com bens alimentares e, portanto, chama-se a isto caridade e não resolução do problema”.

### 3. Caracterização do espaço físico do Bairro Amarelo

#### 3.1 Análise da concepção arquitectónica/urbanística do Bairro

##### a) O edificado

O Bairro Amarelo é um grande conjunto de edifícios organizados numa unidade arquitectónica homogénea, que pode ser definido como um agrupamento de blocos organizados em forma de quadrado, formando praças no meio (Imagem 3).

Segundo o Arquitecto José Charters Monteiro <sup>53</sup> esta área urbana que compõe o Bairro Amarelo, foi pensada tendo como suporte três espaços:

- O *espaço público*: tradicional, com parque, escarpas sobre o Sado e ruas;
- As *praças*: de uso colectivo, consideradas como espaços de relação e de apoio aos fogos, bem como elementos intermédios, entre o espaço privado (fogos) e o espaço público (ruas);
- E por último as *galerias (corredores)*: os acessos mais íntimos aos fogos.

Imagem 3: Fotografia aérea do Bairro Amarelo da Bela Vista



Fonte: Arquitecto José Charters Monteiro, Coordenador do projecto do Bairro da Bela Vista

<sup>53</sup> Conforme entrevista 3 no anexo H.

Uma das principais características deste bairro é a existência de amplas praças interiores e vazadas, inicialmente pensadas como espaço de inter-comunicação e convivência entre moradores. A maioria das praças possibilita o acesso automóvel, através de um sistema de entrada e saída único (Imagem 4), existindo também, em alguns casos, escadas e túneis que dão passagem de uma praça para a outra de forma a pé (Imagem 5).

Imagem 4: Acesso à praça, Março 2010



Imagem 5: Acesso entre praças, Março 2010



No total existem 20 praças, entres as quais, 12 são completamente fechadas pelos 4 blocos que as rodeiam, possuindo apenas um ponto de acesso. Os blocos apresentam todos a mesma estrutura, forma e cor. Todos eles são de 4 andares (rch, 1º andar, 2º andar e 3º andar), compostos pelos vários fogos e corredores comuns que os interligam e de cor amarela (Imagem 6). António Baptista Coelho caracteriza este conjunto como uma “malha repetida e monótona”.

O acesso aos fogos é feito através de escadas e corredores comuns. Os corredores, todos eles exteriores, são autênticos labirintos, uma vez que interligam vários blocos e dão acesso a vários fogos.

Imagem 6: Blocos, praça e corredores do Bairro Amarelo, Março 2010



Pensados inicialmente como espaços semi-privados, na realidade, os 5 quilómetros de corredores que se estendem por todo o Bairro são espaços públicos, uma vez que permitem o acesso a todos, facto que muitos moradores têm vindo a combater através da colocação de portões e redes, restringindo o acesso ao espaço (Imagem 7).

Também as escadas, que dão acesso aos corredores e aos vários andares dos blocos, são exteriores e abertas, permitindo o acesso a

qualquer pessoa (Imagem 8).

Imagem 7: Corredores de acesso vedado pelos moradores, Março 2010



Imagem 8: Escadaria de acesso, Março 2010



### b) Os acessos rodoviários

Os acessos rodoviários do Bairro Amarelo são a Avenida da Bela Vista, a Avenida Francisco Fernandes, a Rua do Antigo Olival, a Rua da Figueira Grande, a Rua do Moinho, a Rua do Monte e a Rua Padre José Maria Nunes da Silva.

De um modo geral estes acessos encontram-se bem conservados e sinalizados no que toca a sinalização de trânsito, contemplam na sua extensão passeios para acesso pedestre e estacionamento, o pavimento está em bom estado e as ruas têm uma largura adequada, não se verificando a existência ruas sem saída.

No entanto, o facto de os edifícios serem todos semelhantes (na forma e cor) poderá provocar, em pessoas externas ao Bairro, a sensação de se estar perdido, uma vez que, para além de ser um bairro muito grande, não se encontra visível a toponímia das ruas.

Imagem 9: Rua do Moinho, Março 2010



Imagem 10: Rua do Antigo Olival, Março 2010



O Intendente Bastos Leitão<sup>54</sup> entende que “o problema não é o acesso aos blocos mas sim a configuração dos blocos que possibilita um protecção a quem quer utilizar o espaço para actividades criminosas”.

### c) A iluminação

O Bairro Amarelo apresenta uma iluminação insuficiente, tendo em conta a dimensão, a forma e o tipo de construção arquitectónica. Os Acessos rodoviários possuem alguns postes de iluminação, estando estes colocados apenas de um lado, no caso das ruas, ou na separação das duas vias, no caso das avenidas. Em ambos os acessos, a iluminação existente está direccionada apenas para a estrada não iluminando convenientemente as fachadas dos edifícios nem os passeios (Imagem 11), realidade que se agrava nas estações do ano em que as árvores possuem folhagem, uma vez que ao longo das avenidas, das ruas e das praças existem árvores de grande porte que encobrem alguns dos postes de iluminação existentes (Imagem 12).

Imagem 11: Fachadas dos edifícios  
(Av. Francisco Fernandes), Março 2010



Ao nível das escadarias, tanto as de acessos aos corredores como as que interligam as praças, os pontos de iluminação são escassos, dada a sua inexistência ou à sua danificação, tornando estes locais autênticos espaços de refúgio, tanto de dia como à noite (Imagem 13).

Nas praças encontram-se alguns postes de iluminação dispersos, contudo insuficientes para o espaço em questão, sendo que muito destes postes se encontram vandalizados, devido ao facto de não possuírem uma altura suficiente e materiais resistentes capazes de resistir a actos de vandalismo.

A iluminação insuficiente e mal distribuída, como é o caso, cria espaços de escuridão e apoia a actividade ilícita.

---

<sup>54</sup> Conforme entrevista 5, no anexo H.



Imagem 12: Árvore existentes nos acessos rodoviários



Fonte: Estudos aos modos de vida da população dos Bairros da Bela Vista, 2007

Imagem 13: Espaços escondidos e obscuros



Fonte: Estudos aos modos de vida da população dos Bairros da Bela Vista, 2007

Bastos Leitão<sup>55</sup> entende que a iluminação não é suficiente, no entanto, está ciente de que, “a configuração urbanística do bairro não possibilita muito mais do que existe. Ao nível dos corredores e das escadas, esporadicamente, encontra-se um ou outro posto de iluminação, porque eles vandalizam-nos todos. Em certos sectores, os candeeiros públicos são permanentemente alvejados até deixarem de funcionar, pois, pressentem que a luz pode prejudicar as suas actividades ilícitas. Não adianta a Câmara Municipal trocar as lâmpadas ou colocar holofotes”.

#### **d) O mobiliário urbano**

Qualquer espaço criado com o objectivo de servir como espaço de lazer e convívio deverá possuir mobiliário urbano, pois a sua existência é como que um convite para permanecer no espaço, o que auxilia no mecanismo de vigilância natural.

No Bairro Amarelo esse mobiliário é muito escasso. Poucos são os bancos de jardim e em nenhuma praça se encontram bebedouros. Dos bancos existentes, é de referir um género, cujas características se mostram as mais adequadas àquele espaço, pois são feitos em cimento, oferecendo muita resistência ao uso e à deteriorização (Imagem 14).

Em todo o espaço envolvente é de notar que não existe nenhum telefone público, nenhuma caixa multibanco, nenhum quiosque, e poucas paragens de autocarro.

<sup>55</sup> Conforme entrevista 5, no anexo H.

Imagem 14: Bom exemplo de um banco de jardim em uma das praças, Março 2010



Em todo o espaço envolvente é de notar que não existe nenhum telefone público, nenhuma caixa multibanco, nenhum quiosque, e poucas paragens de autocarro.

Bastos Leitão<sup>56</sup>, com o conhecimento que tem acerca do espaço e da população, diz que qualquer tipo de mobiliário urbano ali colocado seria rapidamente vandalizado, porque “não basta existir um rejuvenescimento do espaço público, sem que primeiro haja um rejuvenescimento social”. Se não existir um rejuvenescimento social a par do rejuvenescimento urbanístico a consequência imediata e óbvia é a degradação do espaço.

#### e) Os elementos paisagísticos

O espaço inerente ao Bairro amarelo é bastante vasto e, em muitos casos, vago. O Bairro da Bela Vista ostenta um grande parque verde, que serve não só o Bairro Amarelo, como também toda a área envolvente. O Parque, denominado Parque da Bela Vista, é uma grande área verde devidamente arranjada e cuidada, com caminhos adequados para a prática de desporto, bem iluminado e cercado em toda a sua extensão (Imagem 15). Este parque é pouco utilizado pela população externa ao Bairro, não só por se encontrar muito perto do Bairro, mas também pelo facto do estacionamento não ser visível do Parque.

Dentro do Bairro Amarelo não existem zonas verdes cuidadas e arranjadas. Em algumas praças existem árvores, arbustos e erva, no entanto as árvores possuem uma folhagem densa e alta, os arbustos tem uma altura demasiado grande, chegando mesmo a encobrir o corpo de uma pessoa adulta (Imagem 16).

As zonas destinadas a serem ajardinadas encontra-se em terra e muitas servem de depósito de lixos.

<sup>56</sup> Conforme entrevista 5, no anexo H.

Imagem 15: Parque da Bela Vista,  
Março 2010



Imagem 16: Zonas ajardinadas do Bairro  
Amarelo, Março 2010



### 3.2 Análise da utilização do espaço inerente ao bairro

As praças, inicialmente pensadas como espaço de convivência, são, na verdade, um lugar de conflito entre as diferentes culturas e que os moradores usam, muitas vezes, como espaço para estacionar os veículos, ou para despejar entulho. São amplos espaços sem mobiliário urbano e pouco iluminados, que pertencem a todos e ao mesmo tempo a ninguém, gerando-se uma ausência do sentimento de territorialidade por parte dos moradores, que leva à degradação e ao abandono do espaço (Imagens 17 e 18).

Imagem 17: Praça após ser construída



Imagem 18: A mesma praça actualmente, Março  
2010



Fonte: Arquitecto José Charters Monteiro  
Coordenador do projecto do Bairro da Bela Vista

É observável, de forma bem clara, que o desígnio em termo de utilização para o qual o Bairro foi concebido, não é a realidade existente. O propósito de interacção e convívio entre os moradores, para o qual o espaço pertencente ao Bairro foi pensado não resultou, prova disso é o seu estado degradado, vandalizado e abandonado.



Afirma-se a ausência de um sentimento de territorialidade e de pertença, mas existem espaços dentro do bairro que demonstram a existência desse sentimento, como por exemplo, a praça onde está instalado o ATL (Imagem 19) e um canto de uma praça onde se

Imagem 19: Praça onde está instalado o ATL



Fonte: Estudos aos modos de vida da população dos Bairros da Bela Vista, 2007

Imagem 20: Monumento de Homenagem, Março 2010



encontra um monumento de homenagem dos ex-paraquedistas (Imagem 20). Estes tipos de espaços provam que quando um espaço é sentido como nosso torna-se um espaço protegido e cuidado.

Os corredores de acessos tornaram-se uma extensão dos fogos, onde

alguns moradores colocaram portões e redes para restringir o acesso e outros colocaram lixo e material inutilizado.

### 3.3 Análise da manutenção do bairro

Um dos principais pontos negativos do Bairro Amarelo é a manutenção e a limpeza. Por todo o espaço, que envolve o Bairro, é visível lixo acumulado, destruição levada a cabo por actos de vandalismo e degradação, principalmente, dos edifícios.

O edificado encontra-se extremamente degradado, para além de nunca ter sido repintado, está repleto de *graffiti* (Imagem 21), o que dá ao Bairro um aspecto de abandono. Grande parte dos espaços exteriores estão negligenciados, completamente destruídos e sem manutenção, tanto a um nível de limpeza e iluminação, como a um nível material.

Existem contentores do lixo em certas zonas, que são despejados com frequência pela Câmara Municipal de Setúbal (Imagem 22), mas verifica-se a ausência de caixotes de menores dimensões ao longo de todo o Bairro.

Imagem 21: Corredor de acesso sem manutenção,  
Março 2010



Imagem 22: Caixotes do lixo existentes no  
Bairro, Março 2010



Segundo o Intendente Bastos Leitão, “a Câmara Municipal de Setúbal preocupa-se, mas intervêm pouco ao nível das praças, porque o atirar de lixo dos fogos cá para baixo para as praças é uma constante. A própria Câmara se queixa que quando vai aos apartamentos vê situações inacreditáveis, desde arrancarem as ombreiras das portas para fazerem fogueiras, a utilizarem as banheiras para fazerem canteiros. São pessoas com hábitos sociais muito complicados”.

Um pouco por todo o Bairro é visível a teoria *Broken Windows*, principalmente ao nível das praças, onde podemos observar que as instalações que outrora foram de instituições estão completamente vandalizadas, com vidros partidos, paredes repletas de *graffiti* e acumulação de lixo no seu interior e em seu redor. Isto deve-se ao abandono do espaço e à falta de manutenção do mesmo.

## 4. Problema específico do espaço do Bairro Amarelo, da Bela Vista

### 4.1 Criminalidade

Pensar no problema específico do Bairro Amarelo gera quase que uma imediata reflexão sobre a criminalidade.

Para a análise dos índices de criminalidade deste espaço específico recorreu-se a dados oficiais, de 2008 e 2009, provenientes do SEI e recolhidos na Direcção Nacional da PSP. Estes dados oficiais da estatística criminal permitem descrever as ocorrências que foram participadas e registadas na PSP, durante o ano 2008 e 2009, salientando-se que

somente se incide nestes dois anos devido à fonte de dados, uma vez que, a informação disponibilizada no SEI, apenas, a partir de 2008 se encontra completa.

Não se pode ignorar, também, que muitas ocorrências, que configuram a prática de um crime, não são participadas ou não chegam ao conhecimento da PSP, dando origem às chamadas “cifras negras”, que provocam um desfasamento entre a criminalidade conhecida e a criminalidade real.

Nos dois anos em estudo os resultados dos dados estatísticos mostram que se registaram na Freguesia de S. Sebastião 2497 crimes.

Quadro 1: Criminalidade da Freguesia de S. Sebastião	
Ano 2008	1219 Crimes
Ano 2009	1278 Crimes

Pela prática dos 2497 crimes foram referenciados 1194 suspeitos residentes do norte a sul do País, entre os quais, 55 são residentes no Bairro Amarelo.<sup>57</sup>

Segundos os dados, os crimes contra o património e os crimes contra as pessoas são os que ocorreram em maior número na Freguesia.

Quadro 2: Percentagem de crimes registados na Freguesia de S. Sebastião		
	Ano 2008	Ano 2009
Crimes contra o património	72%	65%
Crimes contra as pessoas	22%	24%

Do número total de crimes praticados na Freguesia de S. Sebastião, durante os dois anos em estudo, 220 crimes ocorreram no Bairro Amarelo da Bela Vista.<sup>58</sup> Durante o ano 2008 foram registados 108 crimes, e no ano 2009 ocorreu um ligeiro aumento no número de crimes, tendo sido registados 112 crimes. Nos dois anos em estudo os crimes contra o património perfazem mais de metade da criminalidade ali registada.

Quadro 3: Percentagem de crimes registados no Bairro Amarelo		
	Ano 2008	Ano 2009
Crimes contra o património	56%	52%
Crimes contra as pessoas	36%	36%

No que diz respeito aos crimes praticados no Bairro Amarelo, em 2008, os crimes contra as pessoas e contra o património ocorreram em maior número na Avenida da Bela

<sup>57</sup> Para mais detalhes, consultar gráfico 9, no anexo D.

<sup>58</sup> Para mais detalhes, consultar tabela 2 no anexo D.

Vista. No ano 2009 os crimes contra as pessoas aumentaram e os crimes contra o património diminuíram, continuando a registar-se o maior número na Avenida da Bela Vista.

Quadro 4: Percentagem de crimes por ruas			
		Crimes contra as pessoas	Crimes contra o património
Ano 2008	Av. da Bela Vista	20%	21%
	Av. Francisco Fernandes	6%	8%
Ano 2009	Av. da Bela Vista	14%	22%
	Av. Francisco Fernandes	6%	8%

Pela prática dos 220 crimes registados no Bairro Amarelo, durante os dois anos em estudo, foram referenciados 121 suspeitos, entre os quais 50 são suspeitos residentes no Bairro Amarelo<sup>59</sup>, o que significa que a 71 dos suspeitos da prática de crimes no Bairro não são moradores no mesmo.

No que diz respeito às horas a que os crimes são cometidos no Bairro Amarelo, dividimos as 24 horas do dia em 4 períodos horários, de forma a facilitar o estudo, sendo eles: 00h01-06h00, 06h01-13h, 13h01-18h00 e 18h01-00h00. O resultado mostra que tanto em 2008 (37%) como em 2009 (34%), o período horário em que se verifica uma maior ocorrência de crimes é das 18h01 à 00h00.<sup>60</sup>

Quanto aos meses em que se verificam um maior índice de criminalidade, os dados mostram que são: Fevereiro, Maio e Junho em 2008 e Janeiro, Março, Maio e Outubro em 2009.<sup>61</sup>

Depois de analisada a informação respeitante aos crimes cometidos no Bairro Amarelo, pode-se concluir que o número total de crimes, cometidos nos dois anos em estudo, não é muito significativo tendo em conta que habitam naquele espaço específico cerca de 7000 habitantes e que grandes partes dos crimes são cometidos por pessoas que não habitam no Bairro Amarelo. Para além desse facto, importa referir que a análise destes dois anos não permite elucidar claramente o tipo de problema vivido naquele espaço, uma vez que é um período temporal demasiado curto para chegar a alguma conclusão.

A questão que surge agora é, qual será então o problema real do Bairro? Os índices de criminalidade pouco significativos, mas não insignificantes, devem-se às “cifras negras”, ou de facto não existe prática de crimes naquele local específico? Para responder

<sup>59</sup> Para mais detalhes, consultar gráficos 7 e 8, no anexo D.

<sup>60</sup> Para mais detalhes, consultar tabela 7 e gráficos 13, 14 e 15, no anexo D.

<sup>61</sup> Para mais detalhes, consultar tabela 8 e gráfico 16, 17 e 18, no anexo D.

as estas questões olhar-se-á, seguidamente, para o Bairro através da visão e da experiência policial, recorrendo às entrevistas realizadas ao Comandante do Comando de Setúbal e à Comandante da Esquadra da Bela Vista<sup>62</sup>.

#### 4.2 Experiência e visão policial sobre a criminalidade e a segurança

O Bairro Amarelo da Bela Vista é classificado pela PSP como um bairro problemático. A realidade criminal vivida no Bairro, segundo os Oficiais de Polícia da PSP entrevistados, é o tráfico de estupefaciente, a receptação, muita violência doméstica sobre mulheres, crianças e idosos, a maior parte não denunciada às autoridades, e a posse ilegal de armas.

Contudo, ainda que se verifiquem estes crimes e as estatísticas criminais apontem para a ocorrência de 220 crimes, nos anos 2008 e 2009, a maior parte da criminalidade não é praticada dentro do espaço do bairro, mas sim fora, pois este espaço funciona mais como um refúgio.

Para além do Bairro Amarelo servir de refúgio, segundo Intendente Bastos Leitão<sup>63</sup>, este é uma espécie de “escola geracional”. Habitam no bairro “jovens entregues a si mesmos, naquele ambiente altamente promíscuo, enquanto as famílias saem às 6 horas da manhã de casa para trabalhos precários, aqueles que têm trabalho, e voltam à noite”. Ao ficarem entregues a si mesmos, estes jovens “procuram na associação de grupo de bairro alguma coisa que os ligue socialmente” e entram na escola geracional do crime onde aprendem certos “modus operandi a nível criminal”, por exemplo, “ao nível do furto de viaturas e de caixas automáticas multibanco”, o que leva à “formação de um conjunto de jovens com um “*know-how*”<sup>64</sup> que não é habitual noutras zonas do país”.

Portanto, segundo Bastos Leitão<sup>65</sup>, a “existência de um grande número de jovens com capacidade técnica sofisticada para este tipo de criminalidade é uma peculiaridade do bairro em matéria criminal, já com alguma extensão de jovens, em que os grupos são flutuantes”, ou seja, não existem grupos específicos formados, mas sim “grupos que se auto-configuram conforme o objectivo e o tipo de alvo do momento”.

<sup>62</sup> Para mais detalhes consultar as entrevistas 4 e 5 no anexo H.

<sup>63</sup> Conforme entrevista 5 no anexo H.

<sup>64</sup> Conhecimento extremamente aprofundado, ou fora de série, sobre algo.

<sup>65</sup> Conforme entrevista 5 no anexo H.

Bastos Leitão <sup>66</sup> refere, ainda, que a criminalidade praticada no exterior do Bairro, por moradores do Bairro, pode ter duas caracterizações distintas. Uma é a “criminalidade muito sofisticada”, referida anteriormente, exportada por indivíduos, do Bairro até Coimbra e até Faro, o que mostra terem um raio de acção enorme, estando no momento a actuar muito em Lisboa. Outra é a criminalidade praticada por indivíduos do Bairro através de “raides muito rápidos”, nunca excedendo os 200, 300 metros de raio desde o Bairro, “em que os indivíduos num curto espaço de tempo fazem, por exemplo, um furto e voltam a correr para dentro do bairro, para o refúgio”.

Bastos Leitão, à semelhança de Maria da Luz<sup>67</sup>, diz existir muito tráfico e consumo de estupefacientes dentro do Bairro, principalmente, levado a cabo pela camada jovem dos 14 aos 25 anos, facto que não se verifica quando analisadas as estatísticas criminais. Isto deve-se ao facto dos indivíduos, que se dedicam à actividade criminosa de tráfico de estupefacientes e dos consumidores, utilizarem as residências, os túneis de acesso às praças, as escadas de acesso aos fogos e outros locais sem luminosidade, que impossibilitam a polícia de detectar essa prática criminosa, em tempo útil para actuar, e tal como explica a Maria da Luz<sup>68</sup>, “é raro a Polícia chegar e encontrar alguma coisa, só se estiverem de facto muito distraídos, ou então fruto de longas vigilâncias que culminam em buscas domiciliárias”. Por outro lado, segundo Bastos Leitão<sup>69</sup>, o tráfico e consumo de estupefacientes de forma descarada já “é uma realidade tão normal para as outras pessoas que coabitam no Bairro, que apenas denunciam estas actividades criminosas quando se querem vingar de alguém”.

Quanto à questão da existência das “cifras negras”, Bastos Leitão<sup>70</sup> diz que existe uma “cifra negra enorme”. Isto deve-se ao facto, de os moradores do Bairro Amarelo possuírem entre eles um “código” de não ataque mútuo, e “ir à polícia denunciar alguém é considerado uma agressão mais grave, do que resolverem as situações entre eles através de agressões físicas ou injúrias.”

No que diz respeito ao sentimento de insegurança, este verifica-se mais no exterior do Bairro Amarelo e não tanto dentro do próprio Bairro. Segundo Bastos Leitão<sup>71</sup>, isto deriva da “vivência e conveniência” diária dos moradores com aquela realidade. Neste

---

<sup>66</sup> Idem

<sup>67</sup> Conforme entrevista 4 e 5 no anexo H.

<sup>68</sup> Conforme Subcomissário Maria da Luz, comandante da Esquadra da Bela Vista, em entrevista a 6 de Março de 2010. Para mais detalhes consultar entrevista 4, anexo H.

<sup>69</sup> Idem

<sup>70</sup> Conforme entrevista 5 no anexo H.

<sup>71</sup> Idem

sentido, os moradores sabem viver naquelas condições, embora muitos deles não concordem com as práticas ilícitas que ocorrem naquele espaço.

O sentimento de insegurança está presente na população que vive na zona envolvente do bairro, para quem aquela anomia social e aquela degradação urbana são ameaçadoras. Para esta população o Bairro é visto como um espaço segregado e fechado sobre si, habitado por um grande conjunto de delinquentes. Neste sentido, tanto a zona interior do bairro como a zona periférica são espaços a evitar, prova disso é a escassa utilização do Parque da Bela Vista por parte da população de Setúbal.

Outra questão importante é a hostilidade e as agressões à PSP por parte de alguns moradores. Segundo Bastos Leitão<sup>72</sup>, “a esquadra está constantemente a levar com detritos, dos andares de cima, e o sentinela não consegue ver de onde vêm, devido à escuridão. Aliás, o ano passado nos incidentes, esse foi um dos principais problemas, porque o bairro tem tantos becos, tantas reentrâncias, tantas zonas que dão para encobrir facilmente qualquer tipo de actividade, que dificulta muito a Polícia na progressão no terreno e na recuperação território, quando é necessário”.

A Comandante da Esquadra, Maria da Luz<sup>73</sup>, diz que a construção labiríntica do Bairro, com corredores que interligam a maior parte dos edifícios, “permite aos residentes circularem praticamente por todo o bairro sem utilizarem a via pública e, consequentemente, dá possibilidade de fuga imediata aos prevaricadores sem terem que utilizar a via pública”. As praças interiores “encontram-se sistematicamente sem iluminação pública, pois não há lâmpada que resista, e a escuridão é factor de insegurança e medo”. Por sua vez, Bastos Leitão<sup>74</sup> entende que a configuração do edificado vai claramente contra todos os princípios daquilo que devia ser a segurança, afirmando ainda que, “o Bairro foi desenhado, visivelmente, sem haver o conhecimento da realidade e do risco que ele desenvolve ao nível criminal. Pracetas fechadas sobre si próprias apenas com uma entrada e uma saída e 5 km de varandas, quase contínuas em muitos prédios, tornam muito difícil qualquer tipo de progressão ao nível da segurança, possibilitando, por exemplo, que se possam construir no meio dessas varandas obstáculos, por parte de quem lá vive, o que em termos de segurança é muito complicado para fazer buscas e entradas rápidas”.

---

<sup>72</sup> Conforme entrevista 5 no anexo H.

<sup>73</sup> Conforme entrevista 4 no anexo H.

<sup>74</sup> Conforme entrevista 5 no anexo H.

## 5. Análise dos resultados

Na análise feita à concepção, utilização e manutenção do espaço, onde está inserido o Bairro Amarelo da Bela Vista, pode-se constatar que os princípios e as estratégias CPTED não se encontram presentes. De seguida analisar-se-á as repercussões da inexistência desses princípios e estratégias, com base no problema específico do Bairro Amarelo, estudado anteriormente.

A forma como o edificado do Bairro Amarelo foi concedido, cria um efeito panóptico, na medida em que possibilita aos moradores do Bairro, verem sem serem vistos, a partir dos corredores, das escadas de acesso e dos fogos, facto que dificulta muito a actuação policial, tanto preventiva como reactiva.

Um dos princípios fundamentais promovido pela CPTED é o bom controlo visual do espaço por parte de pessoas que exercem o controlo formal e informal, isto é, a capacidade, conferida pelo espaço, de ver e ser visto. A iluminação adequada, a eliminação de obstáculos, a inexistência de pontos de refúgio transformam-se em elementos vitais para esse propósito.

No Bairro, para além de existir uma construção labiríntica, com inúmeros locais de cobertura, existe uma iluminação insuficiente ao nível das praças, corredores, escadas, passeios e túneis. A falta de iluminação, não só dificulta o trabalho dos elementos da PSP, como afasta as pessoas que podem exercer um controlo informal, ficando, o espaço, à mercê da prática de ilícitos criminais e de incivildades. No caso específico do Bairro Amarelo refere-se, principalmente, ao tráfico e consumo de estupefacientes, e aos actos de vandalismo, tais como os graffitis e a danificação de materiais públicos e privados. Ao analisar os dados relativos à criminalidade dos anos 2008 e 2009 pode constatar-se que a maior parte dos crimes ocorre entre as 18h00 e as 0h00, o que vem mostrar que é durante a noite que aquele espaço se torna mais vulnerável, ou cria mais oportunidades para a prática de ilícitos criminais. Este facto poderá estar relacionado com a iluminação inadequada do espaço.

A configuração labiríntica e a existência de pontos de refúgio no bairro são factores que facilitam a fuga de potências delinquentes após cometimento, ou tentativa de cometimento, de crimes ou incivildades, dificultando, também, a actividade policial no local. Por sua vez, os obstáculos visuais, referimo-nos principalmente às árvores de grande porte e arbustos que não são podados, para além de serem possíveis pontos de refúgio, são bloqueadores do campo de visão e da iluminação dos passeios.



Todos estes elementos referidos anteriormente, embora não sejam a causa da criminalidade e da insegurança daquele espaço específico, contribuem para a prática dos crimes contra a propriedade e contra as pessoas, bem como para os crimes de tráfico e consumo de droga e receptação. Salienta-se que este tipo de criminalidade é a mais propícia à criação do sentimento de insegurança.

No que diz respeito ao controlo natural de acessos, a CPTED aponta, como fundamental, a definição clara das fronteiras, isto é, uma transição clara entre espaços públicos, semipúblicos e privados. Este princípio de delimitação dos vários tipos de espaços, para além de permitir um maior controlo sobre este, aumenta o sentimento de territorialidade por parte dos moradores, que ao sentirem o espaço como seu tendem em mantê-lo e protegê-lo. No Bairro Amarelo não se encontra definido e demarcado claramente o espaço público, semi-público e privados, os acessos são todos exteriores e o espaço (excepto o privado que são os fogos) é partilhado por muitos moradores e por pessoas exteriores ao Bairro, entre os quais delinquentes ou consumidores de estupefacientes. Estes factos, aliados aos factores sociais de exclusão e pobreza, tendem a contribuir para a degradação e abandono do espaço.

É de salientar também, que a dimensão do Bairro Amarelo se mostra totalmente desadequada, sendo outro factor que vai contra todos os princípios da CPTED. Segundo o Arquitecto António Baptista Coelho<sup>75</sup>, “nunca um bairro daquele tamanho resultou”. O Bairro é demasiado grande e possui muitos espaços vagos, albergando uma população com diferentes etnias e culturas, que na sua maioria vive numa situação de pobreza e com agregados familiares grandes. Ao misturar este tipo de população num só espaço e com aquele tipo de dimensões, abre-se uma porta enorme para a insegurança e para a marginalidade, criando-se uma escola do crime dentro do próprio bairro, à qual se ligam, principalmente, muitos jovens que não têm o acompanhamento devido e que estão entregues, muitas vezes, a si mesmos.

No caso do Bairro Amarelo, para além deste possuir uma configuração encerrada sobre si mesmo (devido às praças fechadas apenas com um acesso) e uma dimensão enorme, não se encontra inserido no resto da cidade. Estes três factores interligados, juntamente com o facto de ali habitar população excluída socioeconomicamente da sociedade, propiciam a entrada de muitos jovens na actividade criminal, sendo o Bairro o seu ponto de refúgio ou o ponto de reunião, no qual são pouco observados. Importa ainda

---

<sup>75</sup> Conforme entrevista 2 no anexo H.

salientar que a população, principalmente a mais jovem, cresceu e foi educada na promiscuidade do Bairro, tornando-se normal e habitual a prática de crimes e de comportamentos transgressivos, sendo extremamente difícil combater e alterar os hábitos que eles tomam como normais, pois não conhecem outra realidade. Assim, torna-se imperioso que as construções com fins de habitação social sejam de menor dimensão e inseridas no normal funcionamento da cidade, para que exista uma pressão social sobre este tipo de população, de forma a prevenir o supracitado, não esquecendo nunca um trabalho ao nível social, visando a inclusão deste tipo de população. Embora existam muitas instituições sociais no Bairro, este trabalho de cariz social não tem sido feito, pois cada um trabalha por si, verificando-se uma falta de cooperação que gera a inexistência de resultados positivos ao nível social, no Bairro.

Da análise efectuada à criminalidade podemos constatar que muitos dos crimes foram cometidos no Bairro por indivíduos externos ao Bairro. Este facto prova que não existe controlo natural, nem vigilância natural no espaço e acredita-se que muitos dos suspeitos externos são consumidores que fazem pequenos furtos para angariar dinheiro e depois deslocam-se às zonas de tráfico dentro do Bairro. Para esta situação contribui, mais uma vez, a iluminação insuficiente e a configuração labiríntica e cerrada do Bairro.

## **6. Estratégias CPTED a aplicar no espaço físico do Bairro**

### **Amarelo**

O Bairro Amarelo é um ponto urbano extremamente complicado tanto ao nível arquitectónico, como ao nível social. Tal como se observou anteriormente, as suas características arquitectónicas e urbanísticas, aliadas ao tipo de população que ali foi alojada, criou ao longo do tempo um espaço degradado e de difícil controlo, propício para o tráfico de estupefacientes, e acima de tudo um espaço ideal para uma escola geracional do crime que serve de refúgio a muitos delinquentes, na sua maioria jovens.

Tal como defende Bastos Leitão<sup>76</sup>, o melhor a fazer naquele espaço seria implodir, separar e reorganizar toda aquela população noutros espaços dispersos por Setúbal. Em Braga, por exemplo, em vez de criarem bairros sociais para alojar as famílias carenciadas, optou-se pela sua integração em bairros comuns, isto é, as famílias mais carenciadas são alojadas em casas espalhadas por todo o concelho e cabe à autarquia alugar as casas aos

<sup>76</sup> Conforme entrevista 5 no anexo H.

proprietários e depois subarrendá-las às famílias que apoia, sendo o valor da renda definido consoante o rendimento do agregado familiar.

Esta poderia ser a opção para o Bairro Amarelo da Bela Vista, no entanto, questões económicas e o facto de muitas das casas serem já propriedade de alguns moradores poderão tornar esta opção inviável e de difícil aplicação para um futuro próximo. O Arquitecto António Baptista Coelho<sup>77</sup> diz mesmo, que “em termos de arquitectura urbana nunca proporia a destruição do bairro de raiz, não faz sentido por variadíssimas razões, até por uma questão de história e cultura urbana”, mas defende que é possível “dar uma volta aquele espaço”.

Neste sentido, de acordo com os princípios da CPTED, irão explanar-se algumas estratégias a ser aplicadas no Bairro Amarelo para a redução tanto do crime, como da anomia social, no sentido de criar um espaço mais seguro e controlado.

O primeiro passo a dar para a implementação de qualquer medida de reabilitação no Bairro Amarelo, é a criação de uma equipa multidisciplinar a quem caberá analisar a situação específica daquele espaço, para que com uma visão mais alargada e se chegue às estratégias a aplicar. Esta equipa deverá ser composta pelos “actores” que irão depois estar envolvidos na manutenção daquele espaço, e portanto, é fulcral que nesse projecto estejam presentes: a Câmara municipal, que é a gestora daquele espaço, Urbanistas e Arquitectos, para possíveis alterações físicas ao nível do edificado e da zona onde está inserido o Bairro, a PSP, que é a entidade que garante a segurança, a ordem e a tranquilidade pública, os Assistentes Sociais, porque uma reabilitação do espaço físico jamais funcionará sem uma reabilitação do foro social e, por último, a comunidade, através das associações de moradores, pois o seu envolvimento é importante para a posterior manutenção do espaço.

Segundo o Intendente Bastos Leitão<sup>78</sup>, existe já um projecto de reabilitação, “mas a Polícia não está envolvida, esperam apenas que esta venha depois a trabalhar para a manter o bairro, o que é muito difícil”. Posto isto, é importante que as Forças de Segurança comecem a ganhar terreno e a trabalhar para a sua inserção neste fórum.

No que diz respeito às possíveis estratégias a implementar no espaço físico do Bairro Amarelo entende-se que as mais importantes e viáveis a aplicar são:

- Melhorar a iluminação existente no espaço, aumentando o número de postes de iluminação, principalmente ao nível das fachadas, dos passeios, das

<sup>77</sup> Conforme entrevista 2 no anexo H.

<sup>78</sup> Conforme entrevista 5 no anexo H.

escadas de acesso, dos corredores e principalmente das praças onde se verifica o consumo e tráfico de estupefacientes. Os postes deverão possuir uma altura adequada de modo a que resistam aos ataques de vandalismo. Com isto aumenta-se a vigilância natural e o controlo natural de acessos.

- Repintar todo o edificado e reparar todas as estruturas que se encontram danificadas. Ao longo do piso térreo existem muitos estabelecimentos abandonados cujas vitrinas se encontram partidas e que servem para despejar entulho. Estes espaços poderão servir de instalações para estruturas da Câmara Municipal, de forma a ficarem mais próximos daquela população, ou mesmo até para estabelecimentos de 1ª necessidade como farmácias ou supermercados;

- No que diz respeito às instalações que pertencem à PSP, deveria considerar-se a mudança destas para outro local. É importante que a esquadra permaneça no Bairro, mas não encaixada nos blocos, pois isso dificulta a actuação da PSP, principalmente, quando os ataques ou os actos de vandalismo são voltados para a própria esquadra;

- Fazer uma limpeza geral do Bairro em conjunto com a comunidade, e colocar ao longo dos passeios e das praças caixotes do lixo, que neste momento não existem, bem como construir zonas próprias para colocar os contentores do lixo de forma a estes permaneçam fixos e protegidos contra actos de vandalismo, não esquecendo de juntar aos contentores os ecopontos;

Ilustração 1: exemplo da aplicação das estratégias CPTED



Fonte: Espacios urbanos seguros, 2007

- Criar espaços mais atractivos através da colocação de mobiliário urbano, principalmente ao nível das praças. Destacamos os bancos de jardim, em betão e bem iluminados para resistir aos actos de vandalismo; os bebedouros, principalmente nas praças em que existem campos de jogos; e os parques infantis bem equipados com materiais resistentes, para as crianças permanecerem a brincar.

- Reabilitar os espaços verdes existentes. Fazer a manutenção das árvores de grande porte, tendo especial atenção aos postes de iluminação e às fachadas que se encontram cobertos por estas árvores, para que não exista uma obstrução das linhas

de vista das fachadas, e ao mesmo tempo um bloqueio do campo visual das pessoas que circulam, devendo estas árvores ter no mínimo 2,20 metros de altura, mas sem uma folhagem tão densa e alta como actualmente têm. Trocar a erva e a terra que existe nos canteiros e zonas ajardinadas por relva e podar os arbustos existentes. Em algumas praças criar mais espaços ajardinados. O verde urbano é um elemento muito importante para tornar os espaços “amigáveis”.

- Vedar as varandas dos corredores de acesso aos fogos (com materiais transparentes e que não bloqueiem a visibilidade), de forma a impossibilitar o arremesso de lixo e de quaisquer outros objectos dos diversos andares para as praças, bem como, vedar o acesso entre blocos que se faz actualmente pelos corredores, construindo uma parede. É importante vedar os acessos entre os vários blocos de forma a quebrar o efeito labiríntico que o Bairro apresenta actualmente;

Saliente-se que todas estas medidas supramencionadas não irão extinguir a criminalidade registada naquele espaço, mas poderão diminuir as oportunidades para as práticas ilícitas e criar um maior sentimento de segurança, principalmente nas populações que habitam nos espaços circundantes ao Bairro.

## **Conclusão capitular**

O Bairro Amarelo da Bela Vista, construído entre 1976 e 1989 pelo Fundo de Fomento de Habitação, no âmbito do plano integrado de Setúbal, inicialmente foi projectado como habitação para os operários das indústrias de Setúbal, contudo acabou por ser habitado por famílias de bairros degradados e pelos retornados das ex-colónias.

Da visão e experiência dos Oficiais da PSP de Setúbal e da análise dos dados da criminalidade registados pela PSP, durante os anos 2008 e 2009, constatou-se que os crimes que ocorrem com mais frequência naquele espaço são o tráfico de estupefacientes, os crimes contra a propriedade e os crimes contra as pessoas, verificando-se um sentimento de insegurança maior por parte da população externa ao Bairro, uma vez que para a população externa a anomia social e a degradação urbana tornam-se ameaçadoras.

Depois de analisada a concepção, a utilização e a manutenção daquele espaço específico, verificou-se que a forma do edificado e o seu tamanho tornam-se congruentes com o estilo de vida daquela população, sendo o Bairro considerado como um “refúgio” e uma espécie de “escola geracional” para o crime. Conclui-se, assim, que a construção

labiríntica, a iluminação insuficiente, a existência de pontos de refúgio, os obstáculos visuais e o tamanho exagerado do Bairro (composto por 20 praças interiores e cinco quilómetros de corredores que interligam os vários blocos), poderão criar mais oportunidades para a prática de crimes e de incivilidades. Os factores supramencionados dificultam o controlo natural e a vigilância natural, dificultando muito a actuação da Polícia (repressiva e preventiva) no terreno.

Afigura-se, assim, necessário manipular aquele espaço através de estratégias a traçar por uma equipa multidisciplinar, depois de uma análise aprofundada do problema específico, que não irão extinguir a criminalidade registada naquele espaço, mas poderão diminuir as oportunidades para as práticas ilícitas e criar, consequentemente, um maior sentimento de segurança.

## Conclusão

A CPTED é um conjunto de estratégias que visam influenciar a concepção e utilização do espaço através do aumento da percepção do risco e da possibilidade de detecção de possíveis delinquentes, do aumento do esforço necessário para o cometimento de crimes e, por último, da redução da potencial recompensa proveniente do acto criminoso. É certo que um agressor começa por avaliar a potencial vítima ou o local onde pretende cometer o crime, contudo, se a concepção e a utilização do espaço físico criarem a percepção de que os custos de cometer o crime poderão ser superiores aos seus benefícios, provavelmente pensará duas vezes antes de cometer o acto ilícito. Assim, entende-se que uma manipulação eficaz do espaço, com base nos princípios da CPTED, pode ser usada para reduzir a criminalidade, através da diminuição das oportunidades para a prática de crimes.

É importante encontrar soluções que realcem a capacidade do ambiente construído para mitigar o sentimento de insegurança, as incivildades e as ocorrências criminais. Estas soluções passam, inicialmente, por um conhecimento das características físicas e sociais dos espaços em que o crime e o sentimento de insegurança ocorrem.

Para tal, é importante a intervenção da Instituição Policial no quadro do planeamento arquitectónico e urbanístico, para que a concepção e o ordenamento do espaço beneficiem dos contributos de uma leitura técnico policial, com o objectivo de antecipar possíveis impactos negativos da arquitectura e do urbanismo sobre a segurança pública, quer na face de projecto, no caso de novas construções, quer nas fases de reabilitação, em construções já existentes.

Porém, para que a Polícia tenha um papel activo no urbanismo e na arquitectura contra a insegurança objectiva e subjectiva, torna-se imprescindível a formação neste âmbito. O mesmo acontece com os arquitectos e os urbanistas. Actualmente, em Portugal, não existe formação no âmbito da segurança urbana tanto nas diversas Universidades de Arquitectura, como no ISCPSP. É tempo de uma interdisciplinaridade mais alargada, ou seja, torna-se imperioso a formação de equipas multidisciplinares que abarquem a sociologia, a arquitectura, o urbanismo e a segurança, com o objectivo de trabalhar em

conjunto para a segurança urbana e, conseqüentemente, para a melhoria do nível de vida dos cidadãos. Uma vez que, trabalhando cada um *per si*, os frutos serão inglórios.

É de referir, ainda, a necessidade de ser criado um guia de planeamento, através do qual se passaria a construir qualquer tipo de edifício, bem como de ser revista a legislação urbanística, a fim de inserir na política de ordenamento do território e de urbanismo, tanto a segurança pública como a prevenção criminal.

No caso específico do Bairro Amarelo da Bela Vista, a forma do edificado pode influenciar, ainda que não determine, o comportamento social, isto é, o ambiente físico construído daquele espaço é congruente com o estilo de vida dos seus utilizadores, e, portanto, sustenta alguns comportamentos ilícitos e anti-sociais. Isto significa que o espaço, isoladamente, poderá não deter o crime, mas influenciar o delinquente, no sentido de o desencorajar a cometer esses comportamentos.

Acredita-se que este espaço se pode tornar mais seguro. Neste sentido, apresentaram-se algumas estratégias CPTED a aplicar com o intuito de diminuir as oportunidades para o crime e de criar um maior controlo sobre a escola geracional do crime que ali foi criada ao longo do tempo. Contudo, é necessário estar ciente, tal como refere o Arquitecto José Charters Monteiro, que “as permanentes inflexões de políticas, em particular as de habitação, e restrições financeiras, impossibilitaram dotar o Bairro da Bela Vista em equipamentos, como inicialmente se tinha programado”, este facto poderá ser, também, um problema para a implementação das estratégias apresentadas.

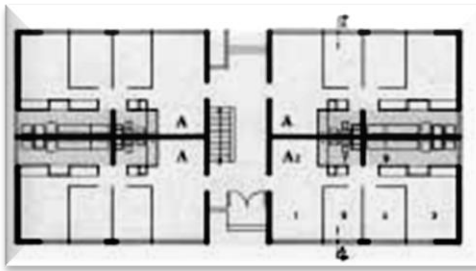
Importa referir que estas estratégias, a aplicar no espaço físico, só terão sucesso se forem unidas a um trabalho de foro social, pelo que é importante integrar a comunidade do Bairro Amarelo na aplicação das mesmas, de forma a sensibilizá-la para a futura manutenção.

Terminada a análise das estratégias CPTED, e depois da abordagem realizada ao Bairro Amarelo, entende-se que em futuros projectos de habitação social é importante:

1. Construir pequeno: quanto maior a dimensão do espaço, maior a dimensão dos seus problemas;
2. Construir edifícios com uma dupla fachada principal e de apenas três a quatro andares, cuja entrada não seja partilhada por mais de 6 a 8 famílias.
3. Evitar criar acessos semi-privados exteriores (ex.: escadas e corredores), pois desta forma acabam por transformar-se em acessos públicos;



Ilustração 2: Planta de edifício com dupla fachada principal



Fonte: Espacios urbanos seguros, 2007

Ilustração 3: Maquete de um edifício de dupla fachada principal



Fonte: Espacios urbanos seguros, 2007

4. Não agregar no mesmo espaço pessoas com etnias, culturas e costumes distintos;
5. Evitar a criação de espaços ambíguos, através da separação clara do espaço público, semi-privado e privado;
6. Evitar áreas segregadas, como por exemplo, praças repetidas;
7. Evitar a exclusão social e espacial, construindo na continuidade ou dentro da cidade para que exista uma pressão social, um controlo natural e uma vigilância natural por parte do resto da população;
8. Apostar na iluminação, principalmente ao nível das fachadas, das portas de acesso aos prédios e dos passeios;
9. Construir o edificado de forma a evitar esquinas e espaços que sirvam de refúgio;

A manipulação do espaço depende da especificidade do mesmo e da respectiva problemática, logo estas são apenas algumas medidas que podem ser tomadas em conta, pois o conjunto de medidas mais correcto e eficaz só se desenvolverá num trabalho de cooperação e equipa, com base numa análise detalhada, como se referiu ao longo do trabalho.

Concluído o estudo é chegada a altura de responder à pergunta de partida: *Qual o contributo da manipulação das características do espaço construído nas políticas de prevenção criminal?*

A manipulação das características do espaço através das estratégias inerentes às abordagens estudadas, não extinguem a ocorrência de crimes e de incividades, mas contribuem para a diminuição das oportunidades dessas ocorrências através de uma influência criada, principalmente, ao nível do potencial agressor, que vê os riscos e os esforços aumentados e, por sua vez, as possíveis recompensas diminuídas.

No que diz respeito à PSP, actualmente existe por parte desta Polícia um trabalho desenvolvido sobre os potenciais agressores e as vítimas vulneráveis, com o objectivo de prevenir o crime e garantir a segurança. Diariamente, nesta sociedade cada vez mais urbanizada, equipas da investigação criminal desbravam terreno para deter criminosos, patrulhas auto e apeadas policiam as ruas da cidade e elementos dos programas de policiamento de proximidade mantêm um contacto próximo com os cidadãos, alguns dos quais já vítimas de crimes. No entanto, embora este trabalho recolha muitos frutos, é importante incluir neste rol de medidas preventivas a manipulação do espaço urbano como um importante factor de influência sobre as oportunidades para as práticas criminais. Muitas vezes o mau ordenamento do espaço até se torna um obstáculo para as próprias Forças de Segurança levarem a cabo a sua missão (preventiva e repressiva). O Bairro Amarelo da Bela Vista é disso exemplo.

Assim, defende-se que ao integrar a manipulação do espaço urbano nas políticas governamentais de prevenção, poderá ganhar-se mais um instrumento para o combate ao crime e para o fortalecer do sentimento de segurança geral.

# Bibliografia

**Brantingham**, P. J. e P. L. Brantingham (1981), *Environmental Criminology*. Beverly Hills, Sage Publications.

**Brantingham**, P. J. e P. L. Brantingham (1993), *Environment, routine, and situation: toward a pattern theory of crime*. In *Routine Activity and Rational Choice, Advances in Criminological Theory*, Vol. 5, edited by R. V. Clarke and M. Felson. New Brunswick, Transaction Publishers.

**Clarke**, R. V. (1980), *Situational Crime Prevention: Theory and Practice*. Harrow and Heston. Albany .

**Clarke**, R. V. (1995a), *CPTED and situational crime prevention in public housing*. Paper presented to the Technical Assistance Workshop on CPTED organized by the U.S. Department of Housing and Urban Development by SPARTA Consulting Corporation.

**Clarke**, R. V. (1995b), *Situational crime prevention*. In *Building a Safer Society: Strategic Approaches to Crime Prevention. Crime and Justice*, Vol. 19, edited by M. Tonry and D. Farrington. Chicago, University of Chicago Press.

**Cleveland**, G. e G. Saville (1997), “2<sup>ND</sup> Generation CPTED: An Antidote to the Social Y2K Virus of Urban Design”.

**Cleveland**, G. e G. Saville (2003), *An Introduction to 2<sup>nd</sup> Generation CPTED: Part 1. CPTED Perspectives*. Volume 6: June 4-8.

**Cleveland**, G. e G. Saville (2003), *An Introduction to 2<sup>nd</sup> Generation CPTED: Part 2. CPTED Perspectives*. Volume 6: March 7-9.

**Cohen**, L. E. e M. Felson (1979), *Social change and crime rate trends: a routine activity approach*. American Sociological Review.

**Colquhoun**, I. (2004), *Design out crime: creating safe and sustainable communities*. Amsterdam.

**Cozens**, P. (2002), *Sustainable Urban Development and Crime Prevention Through Environmental Design for the British City. Towards an Effective Urban Environmentalism for the 21st Century*. In *Cities*, Volume 19, n° 2, Amsterdam.

**Cozens**, P. (2008), *New Urbanism, Crime and the Suburbs: A Review of the Evidence*. In *Urban Policy and Research*, vol.26, n°4, Amsterdam.

**Crowe, T. D.** (1991), *Crime Prevention Through Environmental Design: Applications of Architectural Design and Space Management Concepts*. Boston: Butterworth-Heinemann.

**Crowe, T. D. e D. L. Zahm,** (1994), *Crime prevention through environmental design*. Land Development magazine, National Association of Home Builders.

**Crowe, T. D.** (2000), *Crime Prevention Through Environmental Design: Applications of Architectural Design and Space Management Concepts*. Butterworth – Heinman, Boston.

**Dias, J. F. e M. C. Andrade** (1997), *Criminologia: O Homem Delinquente e a Sociedade Criminógena*. Coimbra Editora, Coimbra.

**Eco, H.** (2002), *Como se Faz uma Tese em Ciências Humanas*. 9ª Edição. Lisboa, Editorial Presença.

**Esteves, A.** (1999), *A Criminalidade na Cidade de Lisboa: Uma Geografia de Insegurança*. Lisboa, Edições Colibri.

**Felson, M. e R. Clarke** (1998), *Opportunity Makes the Thief: Practical theory for crime prevention*. Police Research Series Paper 98, Barry Webb Home Office, London.

**Fernandes, L.F.** (2006), *Prevenção da criminalidade*. II colóquio de segurança interna, Coimbra, Almedina.

**Fernandes, L.F.** (2007), “Jacobs, Newman e C. Ray Jeffery. Contributos para a prevenção da criminalidade”. In *Urbanismo Segurança e Lei*. Tomo I. Edições Almedina, Coimbra.

**Fleissner, D. e F. Heinzelmann.** (1996), *Crime prevention through environmental design and community policing*. National Institute of Justice Research in Action, August.

**Gomes, P. V.** (1998), *A Prevenção Situacional na Moderna Criminologia*. Revista Polícia Portuguesa Nº 109. Lisboa.

**Gomes, P. V.** (2007), “A prevenção criminal através do ordenamento do espaço urbano: subsídios para uma agenda nacional”. In *Urbanismo Segurança e Lei*. Tomo I. Coimbra, Almedina.

**Heitor, T.** (2001), *A Vulnerabilidade do espaço em Chelas. Uma Abordagem Sintáctica*. Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas. Lisboa, Edição da Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia.

**Heitor, T.** (2007), *Insegurança em meio urbano: o espaço na mediação de oportunidades delituosas*. Revista Psicologia volume XXI, nº2, págs. 31 a 44. Lisboa.

**Hillier, B. e J. Hanson.** (1984), *The Social Logic of Space*. Cambridge, Cambridge University Press.

**Jacobs, J.** (1961), *The Death and Life of Great American Cities*. New York, Random House.

**Jeffery, C. R.** (1971), *Crime Prevention Through Environmental Design*. Beverly Hills, Sage Publications.

**Jeffery, C. R.** (1977), *Crime Prevention Through Environmental Design*. Beverly Hills, Sage Publications.

**Kruger, T., K. Landman e S. Liebermann** (2001), *Designing safer places: A manual for crime prevention through planning and design*. Pretoria: The South African Police Service and the CSIR.

**Lynch, K.,** (1989), *A Imagem da Cidade*. Lisboa, Edições 70.

**Machado, C.** (2004), *Crime e Insegurança: Discursos do Medo, Imagens do Outro*. Lisboa, Editorial Notícias.

**Mayhew, P.** (1981), “Crime in public view: surveillance and crime prevention”. In *Environmental Criminology*, edited by P. J. Brantingham and P. L. Brantingham. Beverly Hills, Sage Publications.

**Newman, O.** (1972), *Defensible Space: Crime Prevention Through Urban Design*. New York, Macmillan.

**Newman, O.** (1976), *Design Guidelines for Creating Defensible Space*. National Institute of Law Enforcement and Criminal Justice. Washington, U.S. Government Printing Office.

**Newman, O.** (1996), *Creating Defensible Space*. Institute for Community Design Analysis, Office of Planning and Development Research (PDR), US Department of Housing and Urban Development (HUD), Washington.

**Nogueira, J.M.** (2007), *Modos de Vida da População Residente nos Bairros da Bela Vista – Relatório final*. Setúbal.

**Oficina de Arquitectura Lda** (2007), *Relatório sintético da unidade territorial Bairro da Bela Vista*. Agenda 21 local. Setúbal

**Oliveira, J.** (2006), *As Políticas de Segurança e os Modelos de Policiamento: A Emergência do Policiamento de Proximidade*. Coimbra, Almedina.

**Parnaby, P.** (2006), *Crime Prevention Through Environmental Design: Discourses of risk, social control and neo-liberal context*. Canadian journal of criminology and criminal justice, University of Guelph.

**Pimenta, M.** (1997), *Uma Comunidade em Mudança*. Projecto da luta contra a pobreza, Caritas Diocesana de Setúbal. Setúbal

**Quivy, R. e L. Campenhoudt.** (1998), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa, Gradiva.

**Robinson, M. B.** (1996), "The Theoretical Development of 'CPTED': 25 Years of Responses to C. Ray Jeffery". Edited by William Laufer and Freda Adler. In: *Advances in Criminological Theory*, Vol. 8.

**Smith, M. S.** (1996), *Crime Prevention Through Environmental Design in Parking Facilities*. National Institute of Justice Research in Brief. Washington, U.S. Department of Justice.

**Soomeren, V.** (1987), *Safe and Secure Cities. The Physical urban environment and reduction of urban insecurity: a general introduction*. Council of Europe, Conference on the Reduction of Urban Insecurity, Barcelona, Nov. 17-20.

**Soomeren, P. (SD)**, *El delito y la inseguridad subjetiva desde la arquitectura y el urbanismo*. Consultado em <http://www.e-doca.eu>, no dia 12 Novembro 2009.

**Valente, M.** (2007), *Urbanismo Segurança e Lei*. Tomo I. Coimbra, Edições Almedina.

**Walsh, E.** (1999), *Crime prevention through environmental design*. Journal of housing and community development. Junho/Agosto - p:42 a 44.

**Wood, E.** (1967), *Social Aspects of Housing in Urban Development*. Department of Economic and Social Affairs, United Nations.

**Zahm, D.** (2007), *Using Crime Prevention Through Environmental Design in Problem-Solving*. U.S. Department of Justice Office of Community Oriented Policing Services, Washington.

#### Legislação:

Constituição da República Portuguesa

Lei n.º 48/98, de 11 de Agosto

#### Sítios da Internet:

<http://www.cpted.cl>, consultado dia 9 de Dezembro de 2009

<http://www.safecascadia.org>, consultado dia 12 de Dezembro de 2009

<http://www.cptedontario.ca>, consultado dia 12 de Dezembro de 2009

<http://www.designagainstcrime.com>, consultado dia 12 de Dezembro de 2009

<http://www.stichtingvob.nl>, consultado dia 12 de Dezembro de 2009

<http://www.securedbydesign.com>, consultado dia 12 de Dezembro de 2009

Daniela Filipa Jorge Fernandes

Daniela Filipa Jorge Fernandes  
*Aspirante a Oficial de Polícia*